



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS

Marília Duarte da Silva

**Formação de tradutores e intérpretes no Letras-Libras presencial da UFSC: os
conteúdos procedimentais**

Florianópolis
2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS**

Marília Duarte da Silva

**Formação de tradutores e intérpretes no Letras-Libras presencial da UFSC: os
conteúdos procedimentais**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Rodrigues.

Coorientadora: Profa. Dra. Neiva de Aquino Albres.

Florianópolis
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Marília Duarte da
Formação de tradutores e intérpretes no Letras-Libras
presencial da UFSC: os conteúdos procedimentais / Marília
Duarte da Silva ; orientador, Carlos Henrique Rodrigues,
coorientador, Neiva de Aquino Albres, 2020.
107 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Comunicação e Expressão, Graduação em Letras LIBRAS,
Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Letras LIBRAS. 2. Formação. 3. Tradução e Interpretação
de línguas de sinais. 4. Libras-Português. I. Rodrigues,
Carlos Henrique . II. Albres, Neiva de Aquino . III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Letras
LIBRAS. IV. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: Marília Duarte da Silva

Título: Formação de tradutores e intérpretes no Letras-Libras presencial da UFSC: os conteúdos procedimentais

Local: Florianópolis - UFSC

Data: 16 de dezembro de 2020

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi aprovado pelo professor orientador para apresentação pública. O relatório da pesquisa foi aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Letras – Língua Brasileira de Sinais, no Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina pela seguinte comissão julgadora.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Carlos Henrique Rodrigues
Orientador

Profa. Dra. Neiva de Aquino Albres
Coorientadora

Prof. Me. Warley Martins dos Santos
PGET – UFSC

Profa. Ma. Vânia de Aquino Albres Santiago
Instituto Singularidades (IS)

Profa. Dra. Janine Soares de Oliveira
UFSC

AGRADECIMENTOS

Ao Universo, às Deusas e aos Deuses que me iluminam a cada novo amanhecer e nova oportunidade de viver a vida em sua plenitude, com alegria e resiliência.

Aos meus antepassados, minha família, e, em especial, aos meus pais, Maria e Paulo, e à minha irmã, Paula, pelo incentivo, pelas energias positivas, pelas manifestações de afeto e pela presença nesta minha jornada da vida.

Ao meu companheiro, Emilio, que acompanhou meus dias de lutas e dias de glórias com sua paciência e fortaleza infinita. Seu amor foi fundamental para que eu pudesse concluir essa etapa e iniciarmos com leveza outra etapa repleta de aventuras e de infinitas possibilidades.

À Família Aceval Arriola, o meu *muchas gracias* pela acolhida nessa etapa final de minha formação e nesta nova etapa de nossas vidas.

Às amizades que a universidade me deu, em especial à minha amiga Ana Gabriela, fiel escudeira nessa jornada formativa em que a parceria nos leve seguindo ao infinito e além, *yogando* e sinalizando. Às amigas, Fabiana, Daiana, Poliana, Danielle, Maria e Larissa, pelos momentos terapias e risadas sinceras. Aos amigos, Anderson e Jefferson, que chegaram até aqui conosco, acalorando nossos momentos de debates/discussões em prol da vida em sociedade. Aos colegas que cruzaram meu caminho nessa jornada acadêmica; em especial, a todas e a todos do grupo *Outlanders* pelo *tereré* compartilhado e pelos momentos vividos que ficaram na memória.

Às minhas companheiras de trabalho do NEIM Nossa Senhora Aparecida, por serem fonte de inspiração e profissionalismo e por me conduzirem ao caminho de uma Educação Infantil pública e de qualidade. Em especial, às profissionais do G3 que me incentivaram e me apoiaram com tanto afeto para conclusão desse trabalho. Lindezas, eu sou porque vocês são!

Às minhas amigas/irmãs, Franciele, Ana Cláudia, Bruna, Caroline, Márcia, Angelita, Renata, Eliana e Elizete, agradeço por ver nossa amizade perdurar e amadurecer a cada novo obstáculo e conquista que celebramos nessa vida.

Ao meu amigo e terapeuta, Thiago Teles, pela troca de saberes e por me ajudar a manter os *chakras* alinhados.

À minha psicóloga, Cláudia Michelena, que me ajudou a refletir e a dar passos largos no caminho do autoconhecimento para finalizar esse ciclo.

À comunidade surda universitária que me ensinou a olhar, e não somente a ver, a Libras em movimento.

A todas as professoras e a todos os professores do curso de Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) da UFSC, que contribuíram para minha formação pessoal e profissional, em especial, à Janine Soares de Oliveira, ao Tarcísio de Arantes Leite, à Silvana Aguiar dos Santos e ao Marcos Luchi. Vocês foram essenciais.

Aos membros da banca de defesa deste trabalho, Me. Warley Martins dos Santos, Ma. Vânia de Aquino Albres Santiago e a Ma. Janine Soares de Oliveira, por suas contribuições nessa pesquisa.

Por fim, agradeço, especialmente, ao meu orientador, Dr. Carlos Henrique Rodrigues, por sua amizade, escuta e orientação que me ajudaram a entender o *saber como fazer* e a finalizar esses escritos com segurança.

Agradeço também, à minha coorientadora, Dra. Neiva de Aquino Albres, que aceitou gentilmente a coorientação nesse trabalho trazendo inspiração para que eu pudesse me apropriar desses conhecimentos.

A todas e a todos, gratidão.

SILVA, Marília Duarte da. Os Formação de tradutores e intérpretes no Letras-Libras presencial da UFSC: os conteúdos procedimentais. Trabalho de conclusão de curso – TCC. 107f. Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) (bacharelado em tradução/interpretação). UFSC. Florianópolis – SC. 2020. Orientação: Prof. Dr. Carlos Henrique Rodrigues. Coorientação: Profa. Dra. Neiva de Aquino Albres.

RESUMO

Nesta pesquisa, tem-se como tema os conteúdos procedimentais presentes na formação dos tradutores e intérpretes de Libras-Português e objetiva descrever a constituição destes conteúdos na proposição curricular do curso de Letras-Libras, bacharelado, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assim, o espera-se evidenciar como os conteúdos procedimentais foram propostos nas disciplinas práticas do curso no ano de 2019. Neste sentido, (i) identificar em quais disciplinas estão propostos os conteúdos procedimentais; (ii) discutir as cargas horárias, as ementas, os objetivos, os conteúdos e as metodologias destas disciplinas; e (iii) descrever as atividades propostas para o ano de 2019. Através da investigação, amparada nas noções da análise documental, analisaram-se e se descreveram como os conteúdos procedimentais se apresentam na formação. Para tanto, a análise se deu a partir da investigação do Projeto Político Pedagógico (PPP), da matriz curricular e dos planos de ensino. Como resultado da pesquisa, vimos que o “saber como fazer” — os conteúdos procedimentais — foram previstos e abordados em sala de aula, sendo que tenderam a depender da proposta encontrada na ementa da disciplina, da descrição apresentada em seu plano de ensino e do cronograma das aulas. Com isso, evidencia-se a centralidade da ação docente na concretização do que é proposto aliado à necessidade de revisão das ementas, de padronização institucional dos planos de ensino futuros e de melhor detalhamento no que diz respeito, por exemplo, às atividades propostas.

Palavras-chaves: formação; tradutores; intérpretes; Libras-Português; Letras-Libras.

RESUMO EM LIBRAS



RESUMO:

Formação de tradutores e intérpretes no Letras Libras presencial da UFSC: os conteúdos procedimentais

Marília Duarte da Silva
Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Rodrigues
Co-orientadora: Profa. Dra. Neiva de Aquino Albres



Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Letras Libras. 2020

Disponível em: <https://youtu.be/d2xHEC56exA>

SILVA, Marília Duarte da Silva. Formação de tradutores e intérpretes no Letras-Libras presencial da UFSC: os conteúdos procedimentais. Trabalho de conclusão de curso – TCC. 107f. Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) (bacharelado em tradução/interpretação). UFSC. Florianópolis – SC. 2020. Orientação: Prof. Dr. Carlos Henrique Rodrigues. Coorientação: Profa. Dra. Neiva de Aquino Albres.

ABSTRACT

This research study focused on analyzing the procedural content present in the training course of translators and interpreters of the Brazilian Sign Language, with the main goal being the description of the constitution of the curricular proposal's content of the bachelor's degree course in the Brazilian Sign Language, from the Federal University of Santa Catarina (UFSC). Thus, the main aim comprised the description of the proposal's procedural contents in the practical disciplines of the course during the year 2019. In this sense, the study aimed at, (i) the identification of the disciplines in which the procedural contents were proposed; (ii) the discussion of the hourly workload, educational contents, including the objectives and methodologies of these disciplines; and (iii) the description of the activities proposed in these disciplines for the year 2019. Based on the investigation, supported by the notions of documental analysis, the evaluation as well as the description of the data focused on the presentation of the proposal's procedural contents during the training course. To this end, the analysis was based on the investigation of the Political Pedagogical Project (PPP), the curricular matrix and the teaching plans. Considering the research findings, it was evidenced that the "knowing how to do it" - the procedural contents - were foreseen and addressed in the classroom, and they tended to depend on the proposal found in the discipline's educational content, the description presented in their teaching plan and the schedule of the classes. Therefore, it is evident the centrality of the teaching action in the concretization of what is proposed, allied to the need to revise the educational contents, in addition to the institutional standardization of future teaching plans and better details regarding, for instance, the proposed activities.

Keywords: training; translators; interpreters; Brazilian Sign Language-Portuguese; Sign Language.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- O modelo do Grupo PACTE (2003).....	39
Figura 2	- O modelo de Alves e Gonçalves (2007).....	41
Figura 3	- Conteúdos das disciplinas de Tradução e Interpretação da graduação.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Cursos de graduação para à formação de TILSP nas universidades federais.....	30
Quadro 2	- Cursos de graduação em atividade para à formação de TILSP nas universidades federais por região do Brasil.....	33
Quadro 3	- Competência do tradutor (Alves, 2015)	42
Quadro 4	- Disciplinas dos Cursos de Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras)presencial Bacharelado (2009.2) e Bacharelado (2012.1)	51
Quadro 5	- Estrutura e dinâmica organizacional do curso.....	53
Quadro 6	- Disciplinas Identificadas.....	54
Quadro 7	- Disciplinas procedimentais do curso: descrição e carga horária.....	55
Quadro 8	- Disciplinas de laboratório e de prática	57
Quadro 9	- Ementas das disciplinas relacionadas à Interpretação.....	59
Quadro 10	- Ementas das disciplinas relacionadas à Tradução.....	60
Quadro 11	- Objetivos das disciplinas relacionadas à Interpretação.....	62
Quadro 12	- Objetivos das disciplinas relacionadas à Tradução.....	65
Quadro 13	- Conteúdos programáticos das disciplinas relacionadas à Interpretação.....	67
Quadro 14	- Conteúdos programáticos das disciplinas relacionadas à Tradução.....	71
Quadro 15	- Metodologia das disciplinas relacionadas à Interpretação.....	73
Quadro 16	- Metodologia das disciplinas relacionadas à Tradução.....	75
Quadro 17	- Conjunto de propostas de atividades - Laboratório de Interpretação I.....	77
Quadro 18	- Conjunto de propostas de atividades - Laboratório de Interpretação II.....	78
Quadro 19	- Conjunto de propostas de atividades - Laboratório de Interpretação III.....	79

Quadro 20	- Conjunto de propostas de atividades - Prática de tradução I.....	80
Quadro 21	- Conjunto de proposta das atividades - Prática de Tradução II.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACC - Atividades acadêmico científico-culturais
- BO - Boletim de ocorrência
- CA - Conteúdos atitudinais
- CC - Conteúdos conceituais
- CAGR - Sistema de Controle Acadêmico da Graduação
- CIESLLI - Colóquio Internacional Educação de Surdos, Libras e Interpretação
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- COVID-19 - *Coronavirus Disease 2019*
- CP - Conteúdo procedimentais
- CT - Competência tradutória
- CTe - Competência tradutória específica
- e-MEC - Sistema eletrônico do Ministério da Educação e Cultura
- EaD - Educação a Distância
- ELIS - Escrita das Línguas de Sinais
- ES - Espírito Santo
- ET - Estudos da Tradução
- ETILS - Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais
- FEBRAPILS - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais
- FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
- GO - Goiás
- IC - Iniciação Científica
- IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
- INST - Subcompetência profissional

- InterTrads - Núcleo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais
- KANT - Subcompetência de conhecimentos sobre tradução
- LA - Língua alvo
- LBI - Lei Brasileira de Inclusão
- Libras - Língua Brasileira de Sinais
- LF - Língua fonte
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- Moodle - Modular object-oriented dynamic learning environment
- MS - Mato Grosso do Sul
- PACTE - Processo de Aquisição da Competência Tradutória e Avaliação
- PCC - Prática como componente curricular
- PP - Componentes psicofisiológicos
- PPP - Projeto Político Pedagógico
- ProLibras - Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais
- RJ - Rio de Janeiro
- RS - Rio Grande do Sul
- RR - Roraima
- SC - Santa Catarina
- SEL - Sistema de Escrita da Libras
- SP - São Paulo
- SW - *SignWriting*
- TA - Texto alvo
- TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
- TILSP - Tradutores e Intérpretes de Libras-Português
- TILS - Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais
- TF - Texto fonte

- UAB - Universidade Autônoma de Barcelona
- UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
- UFG - Universidade Federal de Goiás
- UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
- UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFRR - Universidade Federal de Roraima
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
- UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
- UT - Unidade de tradução
- VisoGrafia - Escrita Visogramada das Línguas de Sinais
- WASLI - World Association of Sign Language Interpreters

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	
RESUMO	
ABSTRACT	
1	INTRODUÇÃO 18
2	TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS 22
2.1	Da prática informal à formalidade da profissão..... 22
2.2	Panorama atual dos cursos de formação TILSP no Brasil..... 30
3	A COMPETÊNCIA TRADUTÓRIA E SEUS COMPONENTES 36
3.1	Os componentes da competência tradutória..... 38
3.1.1	<i>O modelo do Grupo PACTE (2003)</i> 39
3.1.2	<i>O modelo de Alves e Gonçalves (2007)</i> 40
3.2	Os conteúdos declarativos, procedimentais e atitudinais..... 43
4	METODOLOGIA DA PESQUISA 47
5	A REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS 50
5.1	As disciplinas de conteúdo procedimental..... 55
5.2	As ementas das disciplinas de conteúdo procedimental..... 58
5.2.1	<i>Disciplinas de interpretação - Laboratórios</i> 58
5.2.2	<i>Disciplinas de tradução - Práticas</i> 64
5.3	Os objetivos propostos..... 61
5.3.1	<i>Disciplinas de interpretação - Laboratórios</i> 62
5.3.2	<i>Disciplinas de tradução - Práticas</i> 64
5.4	Os conteúdos programáticos..... 67
5.4.1	<i>Disciplinas de interpretação - Laboratórios</i> 67
5.4.2	<i>Disciplinas de tradução - Práticas</i> 70
5.5	As metodologias propostas..... 72
5.5.1	<i>Disciplinas de interpretação - Laboratórios</i> 73
5.5.2	<i>Disciplinas de tradução - Práticas</i> 75
5.6	As atividades propostas..... 76
5.6.1	<i>Laboratório de Interpretação I - contexto educacional</i> 77
5.6.2	<i>Laboratório de Interpretação II - contexto de saúde</i> 78

5.6.3	<i>Laboratório de Interpretação III - contexto jurídico</i>	79
5.6.4	<i>Prática de Tradução I</i>	80
5.6.5	<i>Prática de Tradução II</i>	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	87
	ANEXO 1 - Plano de ensino da disciplina de Laboratório de Interpretação I	92
	ANEXO 2 - Plano de ensino da disciplina de Laboratório de Interpretação II	96
	ANEXO 3 - Plano de ensino da disciplina de Laboratório de Interpretação III	101
	ANEXO 4 - Plano de ensino da disciplina de Prática de Tradução I	104
	ANEXO 5 - Plano de ensino da disciplina de Prática de Tradução II	106

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre a educação de surdos e sobre atuação de um profissional da interpretação, além do professor, em salas de aula com crianças, jovens ou adultos surdos me veio através de uma disciplina obrigatória do curso de Magistério. A professora Ma. Adriana Leal Brum Silva, conduziu a disciplina intitulada *Libras*¹ para uma turma de, aproximadamente, 30 mulheres no noturno do curso de Magistério do Instituto Estadual de Educação (IEE), localizado no centro do município de Florianópolis. Para muitas de nós, aquele foi o primeiro contato com uma língua gestual-visual que havia sido reconhecida no Brasil no ano de 2002 pela Lei 10.436, conhecida como a Lei de Libras.

Era o final do ano de 2015 e o último ano do curso de Magistério. Entretanto, esta formação inicial, que me habilitava para lecionar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais da Educação Básica, despertou em mim, o interesse em conhecer mais sobre as especificidades da atuação do intérprete de Libras-Português em salas de aula. Portanto, neste mesmo ano, optei pelo curso de Letras-Libras, bacharelado, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com o intuito de ampliar minha formação profissional. Foi então que, no segundo semestre de 2015, ingressei na universidade visando aprofundar meus conhecimentos sobre a Libras — Língua Brasileira de Sinais — e assim poder ter fluência na língua.

Foram quatro anos e meio de muito aprendizado e de desafios constantes ao buscar aprender essa língua, ao adentrar aos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS) e ao tentar adquirir e desenvolver, não apenas a competência linguística e comunicativa em Libras, mas, sobretudo, a competência tradutória e interpretativa necessárias para o exercício da profissão de tradutor e de intérprete de Libras-Português (TILSP), profissões estas reconhecidas pela Lei 12.319/2010.

¹ Esta disciplina teve como objetivo divulgar a cultura surda, assim como apresentar a organização linguística da Língua Brasileira de Sinais para habilitar profissionais em Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Nível Médio para atenderem aos alunos surdos em suas especificidades no contexto educacional..

Faço parte do alunado que entrou no curso de graduação sem domínio da Libras e, portanto, precisei me esforçar para que pudesse desenvolvê-la. Com isso, os conhecimentos ofertados pela matriz curricular do curso presencial com enfoque na aprendizagem da Libras e o âmbito universitário tornaram-se essenciais à minha constituição como sinalizante. Interessada por compreender e explorar as possibilidades que o curso me ofertava, no ano de 2018, me voluntariei para uma Iniciação Científica (IC) no projeto de pesquisa intitulado “Formação de Tradutores e Intérpretes de Libras-Português: competências, desenho curricular e modalidade gestual-visual” do Núcleo de Pesquisas em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais (InterTrads), sob orientação do professor Dr. Carlos Henrique Rodrigues. A IC ocorreu no período do mês de agosto de 2018 até julho de 2019 e teve como tema central a análise documental de oito cursos de formação ofertados por universidades federais, com o objetivo de identificar como estas instituições conduzem suas práticas de ensino de tradução e de interpretação intermodal, entre outros aspectos atrelados ao desenho curricular.

Essa trajetória e experiência me conduziram à escolha do tema de pesquisa desse trabalho de conclusão de curso (TCC) que visa dar continuidade às minhas pesquisas e, também, direcionar minhas reflexões referentes à área de formação de TILSP. Dessa forma, o objetivo geral desse trabalho foi investigar como os conteúdos procedimentais foram propostos nas disciplinas práticas do curso presencial de Letras-Libras, Bacharelado, da UFSC no ano de 2019. Neste sentido, buscou-se: (i) identificar quais disciplinas enfatizam em suas propostas os conteúdos procedimentais; (ii) discutir as ementas, os objetivos, os conteúdos e as metodologias destas disciplinas procedimentais; e (iii) descrever as atividades propostas nessas disciplinas no ano de 2019.

Vimos que o “saber como fazer” — os conteúdos procedimentais — que são abordados em sala de aula tendem a depender da proposta encontrada na ementa da disciplina, a qual está apresentada em seu plano de ensino, e do planejamento pessoal do professor para as aulas. Portanto, essa pesquisa contribui tanto para os futuros formadores quanto para o alunado que pode entender a importância de se conhecer os planos de ensino e de se exigir o cumprimento da proposta da disciplina compreendendo como as disciplinas práticas são essenciais ao desenvolvimento da

competência tradutória (CT)², não podendo ser transformadas em disciplinas de “saber o que fazer” — de conteúdos declarativos.

Vale mencionar aqui que, quase no fim desta trajetória de estudos, devido à pandemia causada pelo vírus COVID-19, ao distanciamento social e à suspensão das atividades de ensino presencial, uma nova realidade de ensino remoto tornou-se uma realidade para a UFSC, instaurada desde o mês de março de 2020. Como medida de prevenção e de combate ao contágio do novo Coronavírus, o distanciamento social afetou o semestre letivo da universidade, o qual, através da Portaria Normativa n° 371, prorrogou a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas presenciais até o dia 31 de dezembro do presente ano, num primeiro momento.

A partir do mês de setembro, a portaria autorizou a oferta de ensino não presencial na UFSC através da Resolução Normativa n° 140/2020/CUn, que dispõe sobre um redimensionamento das atividades acadêmicas e um calendário suplementar excepcional referente ao primeiro semestre de 2020. As atividades pedagógicas das disciplinas passaram a ser realizadas de forma remota, no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (Moodle) e outras plataformas de web conferência e/ ou interação on-line com encontros síncronos e assíncronos, de acordo com cada caso.

Com o objetivo de resgatar o ocorrido no ano de 2019 durante a formação do bacharelado presencial em Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) da UFSC, seguiu-se a perspectiva de análise documental e bibliográfica. Assim, com uma abordagem qualitativa, foram analisados o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, o currículo e os planos de ensino das disciplinas de natureza prática, responsáveis por ofertar com maior ênfase os conteúdos procedimentais.

Esse TCC se estrutura em quatro diferentes capítulos. No primeiro, debruçamo-nos sobre a trajetória e formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português para contextualizar o cenário nacional atual. Após, discutimos a competência tradutória, seus componentes e sua relação com os conteúdos

² No decorrer das referências sobre a competência tradutória, nessa pesquisa está sendo utilizada no seu sentido geral, como hiperônimo. Assim, todas as vezes que se lê, competência tradutória (CT), leia-se competência tradutória ou interpretativa.

declarativos, procedimentais e atitudinais. No terceiro capítulo, apresentaremos a metodologia aplicada nessa pesquisa e os procedimentos adotados para interpretação dos dados. No quarto, a representação e análise dos documentos institucionais é realizada, descrevendo-se as disciplinas de conteúdo procedimental, as características de suas ementas, os objetivos, os conteúdos programáticos, as metodologias e, por fim, as atividades propostas nos planos de ensino das disciplinas práticas.

2 TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS

Em vários países há tradutores e intérpretes de língua de sinais. A história da constituição deste profissional se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laboral na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania. A participação de surdos nas discussões sociais representou e representa a chave para a profissionalização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais. (QUADROS, 2004, p. 13).

Assim como em outros países, no Brasil, a trajetória de constituição dos tradutores e intérpretes de línguas de sinais não foi diferente, visto que na medida em que os surdos avançaram em seus movimentos de luta em prol do reconhecimento de sua língua e da promoção de uma educação que a assumisse como língua de instrução, os profissionais da tradução e da interpretação de línguas de sinais foram sendo, cada vez mais, demandados. As comunidades surdas, por todo o país, foram adquirindo vez e voz, fazendo com que politicamente surgissem novas leis de garantia de direitos linguísticos. Conseqüentemente, nas duas últimas décadas, principalmente, as comunidades surdas brasileiras tiveram sua língua reconhecida pela Lei 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, intensificando a presença do TILSP em diversos espaços públicos e privados.

2.1 Da prática informal à formalidade da profissão

Segundo Pereira (2008), existem afirmativas de que o ato de interpretar da língua de sinais para outra língua tenha se dado primeiramente nos meios familiares, inclusive por professores de crianças surdas, e, posteriormente, estendeu-se ao âmbito religioso. Com isso, práticas informais da profissão ocorriam em ambientes com a presença de surdo(s) sinalizante(s) de língua de sinais com pessoas que eram capazes de transitar entre esta língua gestual-visual e outra vocal-auditiva³.

³ Assim, podemos afirmar que as línguas orais, de modalidade *vocal-auditiva* (oral-auditiva), contam com um sistema de articulação vocal e um sistema auditivo de recepção, contrastando-se às línguas de sinais, de modalidade *gestual-visual* (manualvisual, espaço-visual), que contam com um sistema gestual de produção e um visual para sua percepção. (RODRIGUES, 2018a, p. 304)

Com o passar dos anos, à medida que os surdos começaram a participar ativamente de diferentes contextos sociais, os intérpretes também foram se constituindo na profissão. De acordo com Quadros (2004) existem registros da década de 1980 que comprovam a realização de encontros nacionais onde estes profissionais já se reuniam para refletir, dialogar e analisar seu campo de formação e atuação profissional no país. A Federação Nacional da Educação e Integração dos Surdos (Feneis), criada em 1987 com caráter filantrópico, foi a entidade responsável por incentivar, apoiar e organizar estes eventos. Esta federação trabalha até os dias atuais em defesa das políticas linguísticas, culturais, educacionais, de saúde e de assistência social para as comunidades surdas brasileiras.

Além da busca destes profissionais pela troca de experiências, a partir da década de 1980, pesquisas linguísticas sobre as línguas de sinais no Brasil também foram surgindo e se difundindo, como, por exemplo, a obra *O espaço semiótico-linguístico das Línguas de Sinais e o treinamento bilíngue do surdo* de Gladis Knak Rehfeldt, publicada em 1983. Outros pesquisadores, na década seguinte, também tiveram suas contribuições para expansão das pesquisas linguísticas, como Fernandes (1990) com a publicação de *Problemas linguísticos e cognitivos dos surdos*, na área da psicolinguística; Karnopp (1994) com sua dissertação de mestrado intitulada *Aquisição do parâmetro configuração de mão na Língua Brasileira de Sinais (Libras): estudo sobre quatro crianças surdas, filhas de pais surdos*; Quadros (1995) com a pesquisa *As categorias vazias pronominais: uma análise alternativa com base na língua de sinais brasileira e reflexos no processo de aquisição* e, em (1999), *A estrutura da frase da língua brasileira de sinais* e Ferreira-Brito (1995) com a publicação do livro *Por uma gramática de línguas de sinais*. Todos se dedicavam a evidenciar através de suas pesquisas às especificidades da Libras como língua natural das pessoas surdas.

Ainda na década de 1990, segundo Lacerda (2010), com o apoio da Feneis, também surgiram tentativas de oferta de cursos de curta duração, com o intuito de oferecer uma formação mais específica que contribuísse com as demandas das pessoas que vinham atuando como intérpretes de Libras-Português. Entretanto, estas primeiras iniciativas, em sua maioria, visavam basicamente à expansão de conhecimentos gerais sobre a área e o aperfeiçoamento em Libras, sem outros focos de formação.

Com a busca dos intérpretes por profissionalização, os avanços nos estudos da área das línguas de sinais e, principalmente, os movimentos sociais das comunidades surdas por direitos linguísticos foi que, em abril de 2002, o governo brasileiro através da Lei nº 10.436 reconheceu a Libras⁴ como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas. Nesse sentido, a legislação define a Libras nos seguintes termos:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Nesta mesma Lei não encontramos a presença dos termos “tradutor” e/ ou “intérprete” referentes aos profissionais que atuam na transposição da Libras para o português, e vice-versa. Entretanto, pode-se inferir que há alguma referência indireta a esses profissionais, visto que, em alguns dos seus artigos, esta Lei menciona a garantia do atendimento e do tratamento das pessoas surdas nos serviços públicos de saúde. Além disso, vemos o estabelecimento da inclusão do ensino de Libras no sistema educacional.

Contudo, alguns anos depois, o Decreto nº 5.626/2005 regulamentou a Lei 10.436/2002 — bem como o art. 18 da Lei nº10.098/2000 — fazendo menção direta ao TILSP e trazendo, inclusive um capítulo específico sobre a formação desse profissional (capítulo V). Assim como esta legislação, outras legislações e documentos oficiais também auxiliaram para o reconhecimento e a representatividade dos profissionais que atuam na tradução e interpretação que visa a garantia do direito linguístico dos surdos nos espaços sociais. Entre elas estão a Lei nº10.098/2000, conhecida como a Lei da Acessibilidade; a Lei nº 10.172/2001, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação; a Resolução MEC/CNE: 02/2001, sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; a Portaria 3.284/2003 que substituiu a Portaria 1.679/1999 e trata da acessibilidade à Educação Superior e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

⁴ Durante todo este texto optamos por utilizar o termo Língua Brasileira de Sinais (Libras) pois este é o termo citado na legislação brasileira. Entretanto sabemos que a certo acordo em textos de âmbito internacional que se utilizam o termo Língua de Sinais Brasileira – LSB.

No que se refere ao conteúdo do Decreto nº 5.626/2005, primeiramente, no Capítulo IV, menciona-se a garantia de obrigatoriedade do acesso das pessoas surdas à educação em todas as etapas e modalidades, tendo como uma das alternativas para esta garantia a opção da presença do TILSP, lembrando que esse profissional tem função distinta da do professor. No § 2º, temos o seguinte: “O professor da educação básica, bilíngue, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.” (BRASIL, 2005).

O Capítulo V é dedicado especificamente à temática da formação, tratando do nível de formação que este profissional deve possuir para exercer sua função. No art. 17, indica-se a formação por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação no par linguístico Libras-português. No artigo seguinte, se menciona o período e o como essa formação deveria ser realizada:

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Além disso, o Decreto deixa em aberto a possibilidade de que organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda possam realizar a formação desses profissionais, desde que possuam certificado convalidado por instituições de ensino superior ou instituições credenciadas por secretarias de educação.

Ainda nesse capítulo, o documento prevê a possível falta de profissionais da área com a titulação exigida e pontua requisitos mínimos de perfil profissional para o exercício da tradução e interpretação de Libras-português:

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as

instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

As medidas apresentadas, no artigo acima, possuem o objetivo de assegurar o acesso à educação, à comunicação e à informação aos surdos e às pessoas com deficiência auditiva em instituições privadas e públicas em nível federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. Outro ponto importante, é a criação do ProLibras, que visou duas modalidades de exames de proficiência, uma prova aplicada para atestar a proficiência de profissionais para ensino de Libras e outra prova aplicada para atestar a proficiência em tradução e interpretação visando certificar os profissionais já atuantes na área para que atendam às demandas tradutórias e interpretativas das comunidades surdas:

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o caput atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Outros destaques relacionados aos tradutores e intérpretes está no Capítulo VI, em seu art. 22, onde se institui a obrigatoriedade da inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva nas instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica. Para efetivação desta inclusão, se prevê a presença de tradutores e intérpretes em escolas bilíngues ou em escolas comuns da rede regular de ensino, pública e privada, para atuarem nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional. Em relação às instituições de ensino superior, o art. 23 prevê os serviços de tradução e interpretação em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. Por fim, o art. 24 prevê que:

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtítuloção por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

Após essa breve reflexão sobre a legislação que se relaciona ao TILSP, vale mencionar que foi criada, no ano de 2008, um curso superior direcionado para a formação desse profissional na UFSC na modalidade ead. A UFSC foi pioneira na oferta da graduação destinada a esta formação específica. Segundo Lacerda (2010), nesse ano de 2008, os TILSP por todo o país se organizaram em associações regionais criando, em seguida, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) com representatividade junto à *World Association of Sign Language*

Interpreters – WASLI, que é o órgão internacional que representa os profissionais da tradução e da interpretação de línguas de sinais mundialmente.

Entretanto, mesmo com todas essas transformações históricas, os tradutores e intérpretes de línguas de sinais não tinham sua profissão legal reconhecida no Brasil. Foi somente no ano de 2010 que a Lei nº 12.319 foi aprovada e que, portanto, se regulamentou a profissão de tradutor e de intérprete de Libras-Português no país. Trazendo direcionamentos legais para o exercício laboral, atribuições e competências a serem desenvolvidas por estes profissionais, a Lei representou alguns avanços, bem como retrocessos em relação a não obrigatoriedade de formação superior para o exercício da profissão. A Lei definiu, entre outros, que

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (BRASIL, 2010).

Vale ressaltar, a existência do Projeto de Lei nº 9382/2017 que dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, revogando a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Até a presente data da escrita dessa pesquisa, o projeto encontra-se em trâmite legal aguardando apreciação pelo Senado Federal⁵.

Até aqui, foi possível observar que os tradutores e intérpretes de línguas de sinais brasileiros trilharam um longo caminho de experiências e relações

⁵ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2166683>

empiricamente construídas entre seus pares até terem a possibilidade de realizar uma formação superior e serem legalmente reconhecidos.

Existem registros de que as primeiras iniciativas de formação dos TILSP se deram com o desenho de cursos técnicos, por exemplo, na Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, ocorreu a criação, em 2006, com duração de dois anos (LACERDA, 2008) uma primeira iniciativa de formação superior e na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-Minas, houve a criação do curso de Tecnólogo em Comunicação Assistiva Libras e Braille, com duração de dois anos e meio, voltado à formação de TILSP, ainda que não exclusivamente, visto formar também braillistas (RODRIGUES, 2010). Cursos como esses também impulsionaram de forma inicial as pesquisas e as reflexões sobre a profissão e a necessidade de formação.

Segundo Lacerda (2010), já se defendia, desde o início da discussão sobre a formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais, que a formação destes profissionais deveria abarcar uma série de reflexões teóricas importantes, além da prática em si, tais como

[...] conhecimento aprofundado das línguas envolvidas nos processos tradutórios para além de seus aspectos linguísticos e/ ou gramaticais, domínio de diversas formas de dizer em cada uma das línguas considerando a pluralidade de contextos e de sentidos possíveis, fidelidade aos sentidos e aos modos de enunciá-los em cada uma das línguas. Trata-se de aspectos que não serão facilmente construídos apenas pela atuação prática, necessitando de reflexão teórica e possibilidades de experiências que favoreçam que tais aspectos sejam apreendidos por aqueles que pretendem atuar como TILS [tradutores e intérpretes de línguas de sinais]. (LACERDA, 2010, p. 148)

Essa necessidade de reflexão teórica aliada às vivências que favoreçam o aperfeiçoamento da formação tende a ser alcançadas com a participação em cursos superiores voltados à uma área profissional específica. Após esta trajetória da prática informal à formalidade da profissão, vivenciada por inúmeras pessoas aspirantes aos cargos de TILSP, atualmente, temos à difusão da formação de profissionais generalistas da tradução e da interpretação de línguas de sinais ofertadas por instituições privadas e públicas em quase todo o Brasil. Considerando essa realidade atual, em seguida, apresentamos uma relação dos cursos de formação de tradutores

e de intérpretes de línguas de sinais, em nível superior, que encontram-se em atividade no cenário brasileiro nas universidades federais.

2.2 Panorama atual dos cursos de formação TILSP no Brasil

Atualmente, temos em atividade nas instituições públicas federais brasileiras sete diferentes cursos presenciais de graduação que visam à formação de TILSP. Todos esses cursos, abaixo listados, foram criados entre os anos de 2009 e 2014 e nos focamos aqui a apresentar somente os cursos ofertados na modalidade presencial. Entretanto, existem também dois cursos na modalidade a distância: o bacharelado em Letras-Libras da UFSC, criado em 2008, já mencionado acima; e o da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), criado em 2019, com a habilitação em Tradutor/ Intérprete em Libras.

Quadro 01 – Cursos de graduação para à formação de TILSP nas universidades federais.

INSTITUIÇÃO	SIGLA	CURSO	CRIAÇÃO
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Letras Libras	11/03/2009
Universidade Federal de Goiás	UFG	Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português	24/08/2013
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Letras Libras	30/08/2013
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Bacharelado em Letras: Tradutor e Intérprete de Libras (Libras-Português e Português-Libras)	06/09/2013 ⁶
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Letras Libras	31/10/2013
Universidade Federal de Roraima	UFRR	Letras Libras	19/12/2013
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa	29/08/2014

Fonte: a autora, a partir dos dados coletados no e-MEC em 2020.1 (<http://emec.mec.gov.br/>)

⁶ O curso é uma habilitação dentro do curso de Letras da UFRGS, criado em 07/11/1973. Essa habilitação se torna real com a aprovação do Ministério da Educação (MEC) nesta data, na qual foi assinado o Ofício nº166/2013 - CGRH/DIFES/SESu/MEC que aprova a sua criação do Bacharelado em Letras: Tradutor e Intérprete de Libras (Libras-Português e Português-Libras)

Conforme listado acima (Quadro 1), observamos a UFSC como sendo a pioneira desta modalidade presencial de formação superior — ela também foi pioneira na criação dessa formação na modalidade a distância em 2008. Com isso, no decorrer deste trabalho utilizaremos o curso de Letras-Libras⁷, bacharelado, desta instituição como objeto de nosso estudo.

Rodrigues (2018b) apresenta uma relação das universidades federais que ofertam a formação de TILSP e analisa os seus currículos, apresentando alguns desafios e propostas para o desenho curricular. Uma das observações é que esses cursos presenciais não exigem o domínio prévio da Libras para o ingresso. Nesse sentido, com base neste autor, ressaltamos que

esses cursos precisam levar em conta o fato de que a competência comunicativa é indispensável à Competência Tradutória e, assim, criar estratégias para abordá-las e trabalhá-las simultaneamente sem prejuízos à qualidade da formação. Esse ponto é um dos principais desafios postos aos cursos de graduação brasileiros que visam à formação do intérprete e tradutor intermodal. (RODRIGUES, 2018b, p. 211).

Sobre a criação do primeiro curso de formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português, Quadros (2014) conta que, em 2002, o Laboratório de Ensino à Distância da UFSC entrou em contato com a professora Ronice Müller de Quadros, com o professor Vilmar Silva e representantes surdos da Feneis para a idealização de um Curso de Letras Libras. Com isso, no ano de 2004, foi concluída a elaboração de um projeto de criação desse curso, em nível de graduação com título de licenciatura e na modalidade à distância. No ano seguinte, mesmo ano do Decreto n°5.626/2005 que regulamenta a Lei de Libras, a criação do curso foi aprovada em todas as instâncias da UFSC e recebeu também o apoio do Ministério da Educação (MEC) para sua abertura. A criação visava justamente atender a demanda de formação para professores de Libras atuarem no contexto da educação de surdos, que era a demanda mais presente naquele momento.

Com isso, a primeira turma de licenciatura foi iniciada no ano de 2006 sendo a maioria dos alunos surdos. Nesta conjuntura, houve também candidatos ouvintes que

⁷ Vale ressaltar, que nome do curso aparece de três formas nas seguintes fontes analisadas: PPP, curso: Letras Libras; Matriz Curricular, curso: Letras-Libras-Língua Brasileira de Sinais-Bacharelado; e-MEC, curso: Letras-Libras. Neste trabalho utilizaremos o termo Letra-Libras.

buscaram a formação ofertada pela UFSC. Entretanto, como as vagas estavam destinadas prioritariamente aos candidatos surdos, os candidatos ouvintes que não conseguiram acesso ao curso recorreram à justiça, como relata Quadros (2014, p. 11),

em 2007, a UFSC sofreu uma ação por parte de alguns candidatos ouvintes reivindicando a formação também para os profissionais tradutores e intérpretes, uma vez que a Licenciatura dava prioridade aos candidatos surdos, observando o previsto no Decreto nº 5.626/2005 que estabelece que a formação de professores de Libras deve ser dada aos surdos. Com esse processo, a UFSC abre o Curso de Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) Bacharelado, atendendo a demanda da formação dos tradutores e intérpretes, que contou em sua grande maioria com alunos ouvintes.

A partir dessa ação judicial, a UFSC, em consonância com a coordenação do curso de Letras Libras, criou o curso de bacharelado, visando atender a esta demanda de formação de TILSP. Com isso, a UFSC foi a primeira universidade federal a criar, em 2008, um curso de nível superior direcionado para a formação de TILSP, sendo que este primeiro oferecimento ocorreu na modalidade à distância em parceria com diferentes instituições do país. Com a crescente demanda, no ano de 2009, ofertou-se também o curso de Letras Libras, Bacharelado, na modalidade presencial, o qual é o foco da pesquisa aqui proposta.

Nos próximos anos, outros cursos foram sendo criados e, atualmente, de acordo com pesquisa ao site do e-MEC, encontramos em situação de atividade, em universidades públicas federais brasileiras a formação de TILSP sendo ofertada, tanto na modalidade presencial (Quadro 1) quanto na modalidade a distância em duas universidades, a saber a UFSC com o Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) Bacharelado EaD (desde 09/04/2008), já mencionado acima, e a Universidade Federal de Grande Dourados com o Bacharelado em Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) (desde 09/07/2018).

De acordo com o Quadro 1, na região sul do país, temos o curso criado pela UFSC no ano de 2009 e a o curso criado pela UFRGS no ano de 2013. Na região sudeste do país, temos duas universidades que criaram seus cursos no ano de 2013, são elas: a UFES e UFRJ. Ainda nessa região, a UFSCar, em São Paulo, criou a graduação de formação de TILSP no ano de 2014. Ainda no ano de 2013, a região centro-oeste e norte do país também criaram seus cursos de formação,

respectivamente: a UFG, instituição propulsora da formação na região centro-oeste, e a UFRR.

Com essa oferta ativa dos cursos de formação de profissionais da tradução e da interpretação de Libras-Português, tanto na modalidade presencial quanto a distância, das instituições apresentadas, elencamos as seguintes informações: nomenclatura dos cursos, duração das formações, cargas horárias e turno de oferta.

Quadro 02 – Cursos de graduação em atividade para à formação de TILSP nas universidades federais por região do Brasil.

REGIÃO	UF	CURSO	DURAÇÃO	CARGA HORÁRIA TOTAL	TURNOS
SUL	SC (UFSC)	Letras Libras (presencial)	9 semestres*	3.330h*	Matutino
		Letras Libras (EaD)	8 semestres	2.850h	Diurno
	RS (UFRGS)	Bacharelado em Letras: Tradutor e Intérprete de Libras (Libras-Português e Português-Libras)	8 semestres	2.955h	Matutino
SUDESTE	ES (UFES)	Letras Libras	8 semestres	2.840h*	Vespertino
	RJ (UFRJ)	Letras Libras	8 semestres	2.890h*	Noturno
	SP (UFSCar)	Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais - Libras/Língua Portuguesa	8 semestres	2.940h	Diurno
NORTE	RR (UFRR)	Letras Libras	8 semestres	2.580h	Noturno
CENTRO- OESTE	GO (UFG)	Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português	8 semestres	3.200h*	Noturno
	MS (UFGD)	Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) Tradutor/Intérprete em Libras (EaD)	8 semestres	2.640h	Diurno

Fonte: a autora, a partir dos dados coletados no e-MEC e nas páginas institucionais de cada curso, em 2020.2 (<http://emec.mec.gov.br/>)

* Há diferenças nas informações presentes no e-MEC em relação àquelas disponíveis na página da instituição ou no Projeto Político Pedagógico do Curso.

Conforme listado acima (Quadro 2), observamos que quatro das cinco regiões do país possuem uma instituição pública federal que oferta o curso de formação TILSP na modalidade presencial. A região mais favorecida com a formação atualmente é a região sudeste do país, com os estados do ES, RJ e SP. A região nordeste do país é a menos favorecida com essa oferta, visto que, não possui nenhum registro dessa formação em atividade.

Além dessa observação, podemos perceber uma variedade na nomenclatura dos cursos ativos. As informações existentes no cadastro do e-MEC em relação ao nome dos cursos da UFSC, UFRJ, UFES, UFRR e a UFGD, apresentam o curso como: Letras-Libras. A UFGD, além do termo Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) tem explicitado em sua nomenclatura a habilitação em: Tradutor/Intérprete em Libras. O curso ofertado na UFRGS, UFG e UFSCar, possuem uma semelhança entre suas nomenclaturas ao destacarem a tradução e interpretação em Libras-Português no nome dos cursos. Em relação à nomenclatura da UFSCar, segundo Martins e Nascimento (2015, p. 107),

[...] o curso oferecido pela UFSCar, diferente das outras universidades que estão oferecendo a formação em Letras Libras, seja bacharelado ou licenciatura, está alocado no Departamento de Psicologia e não no Departamento de Letras. Por essa razão, o nome do curso não se vincula, diretamente, à área de Letras e sim à da Tradução e Interpretação, embora no currículo do curso haja disciplinas da área de Letras e Linguística que são oferecidas pelo Departamento responsável por essa área. Um dos motivos para essa diferenciação é que na UFSCar a área de Libras, existente antes da criação do curso, já estava vinculada ao curso de Educação Especial que, por sua vez, está, também, alocado do Departamento de Psicologia. Os professores, então, que possuíam familiaridade com o tema estavam neste departamento e não no outro.

Em relação à duração e à carga horária dos cursos presenciais, temos a UFSC com a maior duração e carga horária total em relação as demais. O curso prevê nove semestres para a formação dos TILSP e uma carga horária total obrigatória de 3.330 horas, sendo que o curso é ofertado no matutino. Os demais cursos em atividade apresentam todos uma duração de oito semestres para formação e apresentam variações entre suas cargas horárias totais.

A UFG, por exemplo, prevê 3.200 horas a serem cumpridas nos oito semestres e o curso é ofertado para ser realizado no noturno. Em seguida, temos a UFRGS com 2.955 horas, e a UFSCar com 2.940 horas, de carga horária total a serem desenvolvidas no turno matutino e diurno, respectivamente, em oito semestres. A UFRJ, oferta o curso também no turno noturno para cumprimento das 2.890 horas na duração mínima dos oito semestres. A UFES propõe a carga horária de 2.840 horas distribuídas nos oito semestres no turno vespertino. E com menor carga horária total temos a UFRR, com 2.580 horas de carga horária total a serem concluídas em oito semestre sendo o curso ofertado no período noturno.

Portanto, a trajetória da prática informal de pessoas com competência bilíngue, em Libras e Português, e a constante busca delas por aperfeiçoamento também contribui para crescente demanda por formação a nível superior, favorecendo a criação e a continuidade dos cursos de formação em instituições públicas federais, como os apresentados nesse capítulo, por exemplo.

Enfim, hoje, o tradutor e o intérprete de Português-Libras são profissionais que devem percorrer uma trajetória formativa específica direcionada à aquisição e ao desenvolvimento da competência tradutória e/ou da competência interpretativa. Além disso, precisam especializar-se de acordo com as modalidades de tradução necessárias aos tipos de texto, gêneros textuais e/ou contextos em que pretendem atuar, entre outras demandas formativas específicas. Portanto, sua identidade social, seu perfil profissional e sua trajetória formativa, inicial e continuada, encontram-se historicamente delimitadas, indicando que o aperfeiçoamento, a politização e a qualificação estão no caminho desses profissionais intermodais e intramodais gestuais-visuais, surdos e ouvintes. (RODRIGUES, 2019, p. 161).

Corroborando o que descreve Rodrigues (2019), no próximo capítulo abordaremos a competência tradutória. Traçaremos uma reflexão sobre um modelo de competência tradutória que privilegia a competência tradutória como um conhecimento, sobretudo, procedimental e outra perspectiva que valoriza a questão da metarreflexão proporcionada pelos conhecimentos declarativos como elemento central do desenvolvimento de tal competência. Os dois modelos possuem suas origens em pesquisas empírico-experimentais e compreendemos aqui que são teorias que se complementam.

3 A COMPETÊNCIA TRADUTÓRIA/INTERPRETATIVA E SEUS COMPONENTES

Neste capítulo, aborda-se a competência tradutória e, por sua vez, a didática da tradução como um campo de estudo. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que “embora qualquer falante bilíngue possua competência comunicativa nas línguas que domina, nem todo bilíngue possui competência tradutória” (HURTADO ALBIR, 2005, p. 19). Portanto, a CT/I é passível de ser ensinada e aprendida. Segundo Zabala e Arnau (2010),

o uso do termo “competência” é uma consequência da necessidade de superar um ensino que, na maioria dos casos, foi reduzido a uma aprendizagem memorizadora de conhecimentos, fato que implica dificuldade para que esses conhecimentos possam ser aplicados na vida real. (ZABALA, ARNAU, 2010, p.11).

Corroborando a ideia desses autores supracitados, pode-se dizer que é necessário superar no ensino de tradução e de interpretação à dicotomia entre teoria e prática. Nas palavras de Gonçalves e Machado (2006, p.47-48),

uma divergência bastante recorrente, tanto no universo acadêmico quanto profissional, refere-se à diretriz didático-metodológica a ser adotada na formação do tradutor e pode ser expressa pela dicotomia treinamento prático (automatização/ desenvolvimento de conhecimentos procedimentais — saber como) versus reflexão teórica (conscientização/ desenvolvimento de conhecimentos declarativos — saber o quê). (GONÇALVES; MACHADO, 2006, p. 47-48).

Para superar isso, é importante considerar que o desenvolvimento de uma dada competência, nesse caso da CT/I, deve ser capaz de proporcionar não apenas o acesso aos conhecimentos conceituais, referentes ao “saber o que fazer” (teoria), mas, também, aos conhecimentos operacionais, relacionados ao “saber como fazer” (prática) e aos conhecimentos atitudinais (atuação). Para Hurtado Albir (2005), a competência tradutória é um conhecimento especializado

[...] que consiste em um sistema subjacente de conhecimentos, declarativos e, em maior proporção operacionais, necessários para saber traduzir, que está composto de cinco subcompetências (bilíngue, extralinguística, conhecimentos sobre a tradução, instrumental e estratégica) e de componentes psicológicos. (HURTADO ALBIR, 2005, p. 28).

De modo geral, os profissionais da tradução e/ou da interpretação envolvendo línguas de sinais necessitam de uma série de conhecimentos, habilidades, capacidades, destrezas, competências e atitudes específicos e interligados. Deste modo, segundo Hurtado Albir (2005), “a competência tradutória é um conhecimento especializado, integrado por um conjunto de conhecimentos e habilidades, que singulariza o tradutor e o diferencia de outros falantes bilíngues não tradutores” (HURTADO ALBIR, 2005, p. 19).

Com isso, percebe-se uma relação intrínseca entre os conhecimentos declarativos — conceituais/teóricos — e os conhecimentos procedimentais — operacionais/práticos — no desenvolvimento da CT/I. Sendo assim, “a competência [aplicação prática de saberes à vida real] e os conhecimentos [nesse caso, os teóricos] não são antagônicos, pois qualquer atuação competente sempre representa a utilização de conhecimentos inter-relacionados às habilidades [saber como fazer] e às atitudes [saber como agir]” (ZABALA, ARNAU, 2010, p. 12).

O aprendizado desses conhecimentos, habilidades e atitudes não deve ser um processo meramente automatizado nas formações de tradutores e intérpretes, precisando promover a reflexão sobre a prática. Considerando a importância de a aprendizagem envolver componentes procedimentais, conceituais e atitudinais de modo integrado, Zabala e Arnau (2010, p. 13) explicam que

a aprendizagem de uma competência está muito distanciada do que é uma aprendizagem mecânica; significa um maior grau de relevância e funcionalidade possível, pois para poder ser utilizada devem ter sentido tanto a própria competência quanto seus componentes procedimentais, atitudinais e conceituais.

Esses componentes ou conteúdos — conceituais, procedimentais e atitudinais —, relacionados à CT/I, têm sido abordados no campo dos Estudos da Tradução de

diferentes perspectivas e por diferentes pesquisadores. De modo geral, pode-se afirmar que

os conteúdos representam o conjunto de saberes que se deseja que os estudantes assimilem. Os desenhos curriculares atuais distinguem três tipos básicos de conteúdos: conceituais (aquilo que os estudantes devem saber), procedimentais (aquilo que os estudantes devem saber fazer) e de atitude (aquilo para que devem saber fazê-lo e como devem saber fazê-lo). (HURTADO ALBIR, 2005, p. 34).

Independente da abordagem, há consenso de que esses componentes/conteúdos compõem a formação de tradutores e de intérpretes, estando mais ou menos concentrados em determinadas disciplinas ou mesmo diluídos pelas disciplinas, em acordo com o Projeto Político Pedagógico do curso, com a proposta da disciplina (sua ementa) e, conseqüentemente, com o plano de ensino. Considerando isso, abordaremos, abaixo, dois modelos componenciais da competência tradutória e, em seguida, apresenta-se uma discussão sobre os conteúdos presentes na formação presencial de tradutores e intérpretes de línguas de sinais no Brasil.

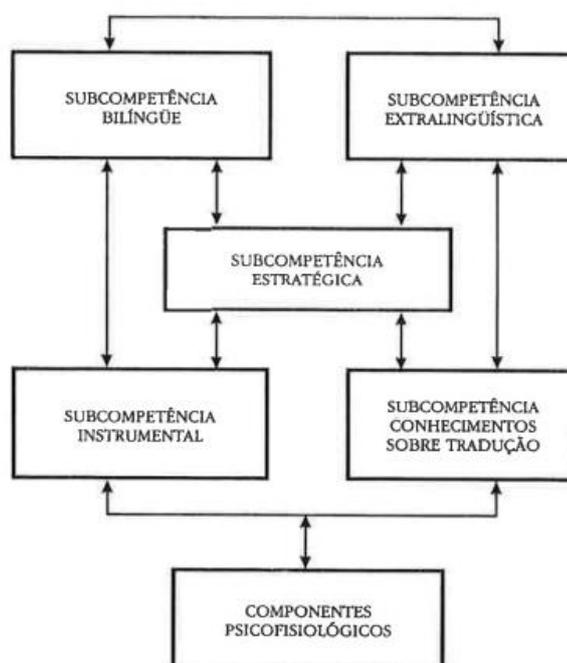
3.1 Os componentes da competência tradutória

No campo dos ET, encontramos modelos que buscam conceituar e modelar a competência tradutória. Teceremos aqui uma breve reflexão sobre dois modelos que possuem suas origens em pesquisas empírico-experimentais, sendo modelos diferentes, entretanto que consideramos complementares. Primeiramente, apresentarei, de modo sucinto, o modelo de CT desenvolvido pelo grupo de pesquisa Processo de Aquisição da Competência Tradutória e Avaliação (PACTE) da Universidade Autônoma de Barcelona, UAB, da Espanha, coordenado pela pesquisadora Prof.^a Dra. Amparo Hurtado Albir. Em seguida, trarei a perspectiva conexionista dos pesquisadores brasileiros, Alves e Gonçalves (2007 apud ALVES, 2015), que utiliza o termo competência do tradutor ao invés do termo CT.

3.1.1 O modelo do Grupo PACTE (2003)

A primeira versão do modelo do grupo PACTE foi apresentada em 1998 (HURTADO ALBIR, 2005). Com o passar dos anos, o grupo foi desenvolvendo outras pesquisas exploratórias e seu modelo foi sendo revisado e atualizado, até chegar a uma definição componencial final de CT, no ano de 2003 (PACTE, 2003; ALBIR, 2005).

Figura 1 – O modelo do grupo PACTE (2003)



Fonte: Hurtado Albir (2005, p. 28).

O modelo holístico do grupo PACTE prevê que a CT é desenvolvida através da integração das subcompetências apresentadas acima (Figura 1): bilíngue, extralingüística, instrumental, conhecimentos sobre tradução e a estratégica, juntamente com os componentes psicofisiológicos. Cada um dos componentes do modelo diz respeito a conhecimentos procedimentais, declarativos e/ ou atitudinais a serem desenvolvidos e que funcionam em conjunto durante o ato de traduzir, com uma hierarquia entre os componentes e com variações. Deste ponto de vista, trata-se de um processo de reestruturação e desenvolvimento de um conhecimento novato

(competência pré-tradutória) em direção a um conhecimento especializado (CT) (HURTADO ALBIR, 2005, p. 30).

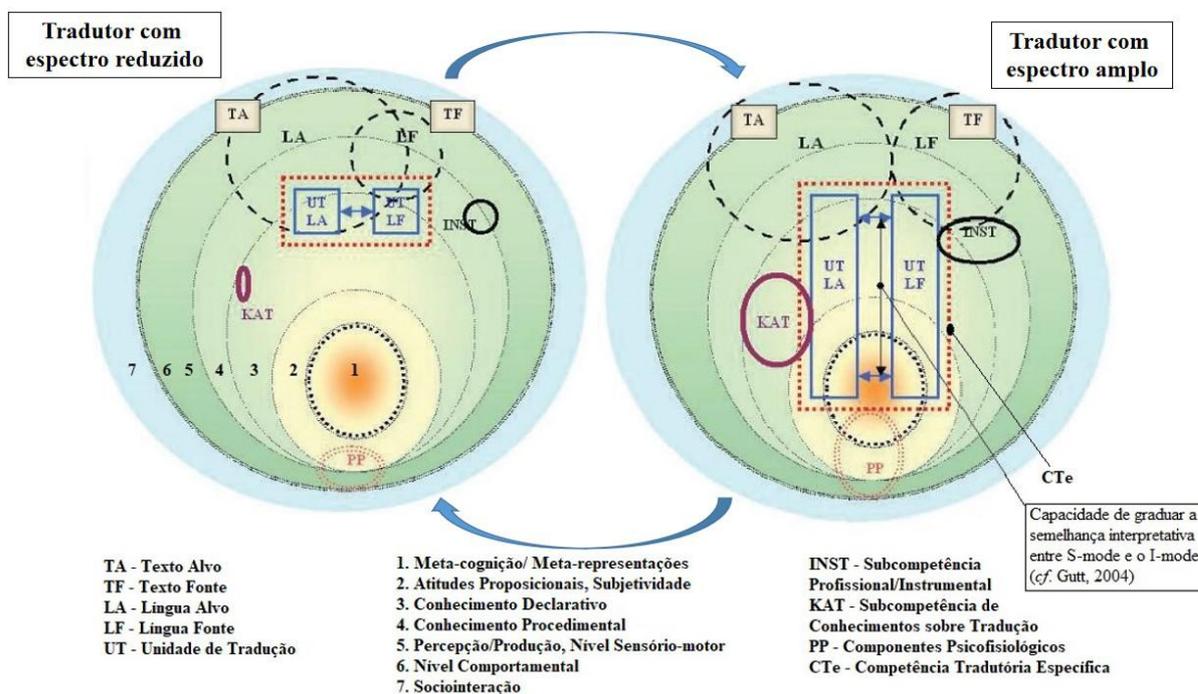
Para o desenvolvimento da CT, proposta pelo grupo, o tradutor novato passa pelo processo de aquisição de cada uma dessas subcompetências e, conseqüentemente, dos conteúdos declarativos, procedimentais e atitudinais de cada uma delas. De acordo com Rodrigues (2018a, p. 298), temos a seguinte relação das subcompetências no que diz respeito aos conhecimentos que as compõem:

- (1) subcompetência bilíngue (composta por conhecimentos essencialmente operacionais, importantes à comunicação em duas línguas);
- (2) subcompetência extralinguística (formada por conhecimentos, essencialmente declarativos, acerca do mundo e de esferas particulares);
- (3) subcompetência de conhecimentos sobre a tradução (constituída por conhecimentos, essencialmente declarativos, sobre a tradução, os princípios que a regem e seus aspectos profissionais);
- (4) subcompetência instrumental (integrada por conhecimentos, essencialmente operacionais, referentes ao uso de fontes de documentação e de tecnologias de informática e comunicação aplicadas à tradução);
- (5) subcompetência estratégica (consiste em conhecimentos operacionais para garantir a eficácia do processo tradutório e possui um caráter central no controle desse processo); e
- (6) componentes psicofisiológicos (componentes cognitivos, aspectos de atitude, habilidades etc.).

3.1.2 O modelo de Alves e Gonçalves (2007)

O modelo proposto por Alves e Gonçalves (2007), está baseado nos trabalhos desenvolvidos por Gonçalves (2003/2005), que, por sua vez, considera o modelo do PACTE (2003), bem como o viés de abordagens conexionistas. Com isso, tal modelo também está inserido no campo das ciências cognitivas, ao investigar o ato de traduzir como uma ação cognitiva complexa por parte do tradutor, e, também, no campo dos estudos sobre o conhecimento experto.

Figura 2 – O modelo de Alves e Gonçalves (2007)



Fonte: Alves (2015, p. 307, adaptado).

O modelo apresenta detalhes minuciosos de sua representação, segundo Rodrigues (2018a, p. 300), cada detalhe foi pensado no intuito de ilustrar diferentes aspectos cognitivos, biológicos e sociointerativos da competência do tradutor. Tal modelo “propõe uma diferenciação entre dois perfis tradutórios, quais sejam, o tradutor com espectro reduzido (*narrow-band translator*) e o tradutor com espectro amplo (*broadband translator*)” (ALVES, 2015, p. 302).

Trata-se de um *continuum* existente no desenvolvimento da competência do tradutor, do nível de um tradutor “novato” para o nível de um tradutor “experto”. Entretanto, os autores indicam a evolução de um estágio novato em direção a um estágio experto, ao mesmo tempo em que ressaltam a “possibilidade de regressão nos padrões de desempenho superior”. Isso acontece quando o tradutor experto se defronta com “níveis de complexidade cognitiva que o levam a processar a tarefa tradutória com um tipo de desempenho mais próximo àquele observado em tradutores com espectro reduzido” (ALVES, 2015, p. 306). A seta superior e inferior do modelo indica esse movimento.

Inspirados pela interpretação de Rodrigues (2018a) em sua leitura do modelo, adaptamos aqui sua representação (Figura 2) para relacionar como ocorre esse desenvolvimento da competência no que tange os conhecimentos — procedimental, declarativo e atitudinal — que a compõem. O modelo se organiza das extremidades para o centro, indo da interação à cognição. Observamos (legenda da Figura 2) em (3) o destaque aos conhecimentos declarativos e em (4) aos conhecimentos procedimentais, sendo que os conhecimentos atitudinais estão mais envolvidos nos níveis (5), (6) e (7). Percebe-se o diferencial entre os níveis do modelo e seus elementos: língua fonte (LF), língua alvo (LA), competência tradutória específica (CTe), Subcompetência profissional (INST) e Subcompetência de conhecimentos sobre tradução (KANT) vinculados à capacidade de metacognição (1). O modelo valoriza a questão da metarreflexão proporcionada pelo conhecimento declarativos como elemento fundamental ao desenvolvimento de tal competência. Sendo assim, o modelo destaca que:

Quadro 3 – Competência do Tradutor (Alves, 2015)

Tradutores com espectro reduzido	Tradutores com espectro amplo
<p>“[...] opera, na maioria das vezes, com base em pistas comunicativas insuficientemente contextualizadas e pauta sua atuação pela busca de soluções oferecidas por dicionários bilíngues. Via de regra, operam sobretudo no nível da palavra. Falta-lhes a capacidade de processar em paralelo os significados codificados conceitual e procedimentalmente no texto-fonte, assim como a capacidade de enriquecer inferencialmente esses enunciados com informações de cunho contextual” (Alves 2015, p. 303).</p>	<p>“[...] tem a capacidade de processar em paralelo os significados codificados conceitual e procedimentalmente. Desta forma, consegue enriquecer inferencialmente os enunciados codificados no texto-fonte com informações de cunho contextual e atribuir a eles um alto nível de semelhança interpretativa com a contrapartida textual instanciada no texto-alvo” (Alves 2015, p. 304).</p>

Fonte: Alves (2015)

Concluindo, a “competência tradutória emerge como uma atividade altamente dinâmica e complexa que requer um alto grau de plasticidade e flexibilidade para sua operacionalização.” (ALVES, 2015, p. 309). Os autores destacam a importância da reflexão e ação consciente na atuação dos tradutores com espectro amplo, destacando a centralidade de conhecimentos declarativos no desenvolvimento e aperfeiçoamento da competência do tradutor.

A apresentação desses dois modelos de CT/I visa demonstrar que os conhecimentos declarativos, procedimentais e atitudinais compõem a CT e são importantes para o seu desenvolvimento. Sendo essa competência um “saber como fazer” que está imbricado num processo reflexivo que demanda tomada de decisões, temos que esses conhecimentos podem ou não ser destacados na modelagem e compreensão da CT/I. Entende-se que a tradução/interpretação não se trata somente um processo automatizado, mas, sim, de uma atividade consciente, conduzida também de modo refletido que exige saber-agir diante de problemas tradutórios e de diferentes situações e demandas.

3.2 Os conteúdos declarativos, procedimentais e atitudinais na formação

Uma das formas de classificar os conteúdos de aprendizagem é a que M. D. Merrill (1983) utiliza, recolhida por César Cool (1986) e adotada pelos currículos oficiais, a qual estabelece uma distribuição em três grandes grupos: os conteúdos conceituais, os procedimentais e os atitudinais. Aparentemente essa classificação, é simples. No entanto, de uma grande força pedagógica, já que diferencia claramente os conteúdos de aprendizagem segundo o uso que deles se deve fazer. Assim, haverá conteúdos que é preciso “saber” (conceituais), conteúdos que é preciso “saber fazer” (procedimentais) e conteúdos que admitem “ser” (atitudinais). (ZABALA, 1999, p. 8).

Os cursos de graduação em Letras no Brasil possuem uma diretriz curricular nacional que garante a flexibilização na organização dos cursos por parte das Instituições Superiores. Em relação aos conteúdos a serem trabalhados, de acordo com Ministério da Educação e Cultura (2001), a exigência é de que os conteúdos básicos devem estar ligados à área dos Estudos Linguísticos e Literários e contemplar o desenvolvimento de habilidades específicas e competências.

Entretanto, esse documento não faz referência a esses três grandes grupos de conteúdos — procedimentais, conceituais e atitudinais — apresentados por Zabala (1999) e já mencionados, anteriormente, neste texto. A proposta deste trabalho é enfocar os conteúdos procedimentais na formação presencial de TILSP ofertada pelo curso de Letras-Libras, bacharelado, da UFSC.

É importante reiterar que “um conteúdo procedimental — que inclui, entre outras coisas, as regras, as técnicas, os métodos, as destrezas ou habilidades, as estratégias, os procedimentos — é um conjunto de ações ordenadas e com finalidade, quer dizer, dirigidas à realização de um objetivo”. (ZABALA, 1999, p. 10). Para aprofundar os estudos relacionados aos conteúdos procedimentais, Zabala (1999) descreve duas esferas que devem ser levadas em consideração, a saber: o ensino e a aprendizagem desses conteúdos.

Em relação ao como ensinar esses conteúdos o autor indica um possível caminho para os docentes: (a) partir de situações significativas e funcionais; (b) manter progresso e ordem; (c) considerar a apresentação de modelos; (d) assumir uma prática orientada e ajudas de diferentes graus; (d) almejar o trabalho independente. E quanto à aprendizagem desses conteúdos procedimentais, ele descreve pontos a serem considerados na construção do “saber fazer”: (a) realizar ações; (b) exercitar-se; (c) refletir sobre as próprias atividades; e (d) aplicar o conhecimento em contextos diferenciados.

Os conhecimentos procedimentais/ operacionais estão relacionados diretamente à prática, mas não com uma prática desorientada. A expressão “conteúdos procedimentais” inclui todos aqueles conteúdos de aprendizagem que se enquadram em um conjunto de ações ordenadas e dirigidas ao desenvolvimento da prática (ZABALA, 1999). Nesse caso, espera-se que se consiga vivenciar e se apropriar do conhecimento para se desempenhar uma determinada atividade. Conteúdos que envolva o *como fazer* e que a aprendizagem ocorra a partir da internalização do conhecimento à medida que o indivíduo aprende fazendo.

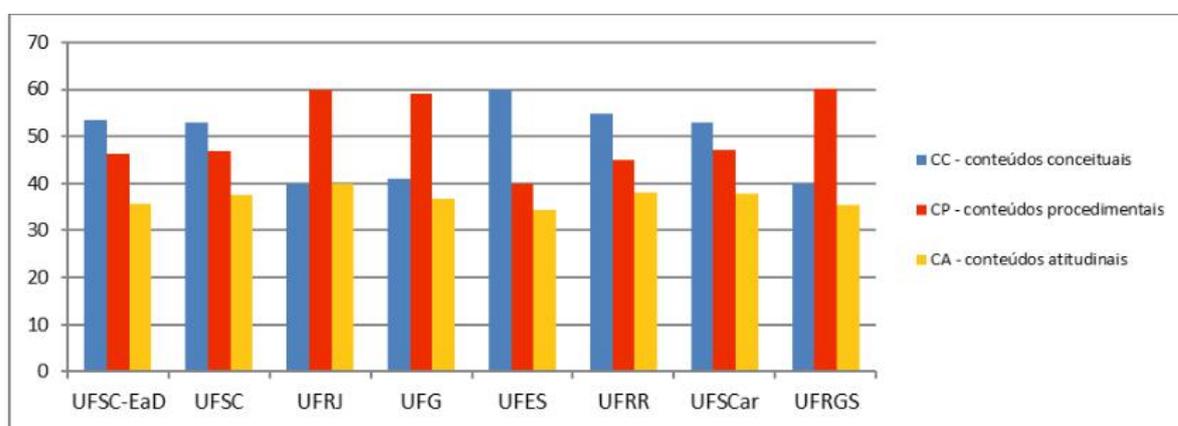
Quando falamos de conhecimento declarativo/conceitual, trata-se de *saber o que fazer*, não somente relacionado ao conhecimento de conceitos, mas também a princípios e fatos, segundo Zabala (1999). O saber o que deve ser feito para desempenhar uma atividade não diz respeito, necessariamente, ao se saber como fazer. Esse conhecimento teórico está mais relacionado à reflexão sobre o que deve ser feito e a aprendizagem de conceitos e teorias.

Para Zabala (1999), o conhecimento atitudinal refere-se a valores e a normas. Estes, por sua vez, são socialmente construídos e aceitos, estando seu aprendizado direcionado, no caso da formação de tradutores e de intérpretes, “às habilidades necessárias para lidar com os aspectos que envolvem a atividade

tradutória/interpretativa por meio de interações, condutas e comportamentos socialmente requeridos e valorizado. (RODRIGUES, 2019b, p.153)

Contudo, o que nos interessa é compreender como esses conteúdos são abordados nos cursos de formação de TILSP. Rodrigues (2019b) apresenta uma análise dos cursos de formação de sete universidades federais brasileiras, já mencionados acima (Quadro 2, com exceção do curso da UFGD que não foi considerado pelo autor), categorizando as disciplinas relacionadas à tradução e à interpretação de Libras-Português ao tipo de conhecimento abordado.

Figura 3 – Conteúdos das disciplinas de Tradução e Interpretação da graduação



Fonte: Rodrigues (2019, p. 155).

Considerando os resultados encontrados por Rodrigues (2019b) a esta pesquisa, verificamos uma heterogeneidade na abordagem desses conteúdos — procedimental, conceitual e atitudinal — distribuídos entre a carga horária das disciplinas com ênfase no ensino e prática de tradução e interpretação. A UFSC, a UFES, a UFRR e a UFSCar por exemplo, apresentam uma significativa taxa de conteúdos declarativos/conceituais sendo abordados e, em menor grau, de conteúdos atitudinais e uma mediana taxa de conteúdos procedimentais. Já a UFRJ, UFRGS e a UFG, apresentam taxas mais elevadas de conteúdos procedimentais e taxas bem menores de conteúdos atitudinais e declarativos.

É importante compreendermos que quando falamos de conteúdos procedimentais relacionados a prática tradutória/interpretativa isso não envolve só saber traduzir/interpretar de uma direção para a outra; mas uma série de outros

elementos, como, por exemplo, a inserção no mercado de trabalho, a relação entre o profissional e o contratante, às formas de lidar com o público, aos modos de avaliar condições de trabalho no ambiente da tradução/interpretação, ao manuseio de tecnologias, entre outros.

Como já apresentamos, brevemente, uma reflexão sobre a CT e os conteúdos procedimentais, conceituais e atitudinais na formação de TILSP, focaremos, na próxima seção, na metodologia empregada para se investigar como os conteúdos procedimentais foram propostos e abordados nas disciplinas com ênfase na prática de tradução e interpretação no curso presencial de Letras-Libras, bacharelado, da UFSC no ano de 2019.

4 A METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos a metodologia de pesquisa estabelecida para desenvolver o estudo dos conteúdos procedimentais no curso de Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) da UFSC. Portanto, com base em uma abordagem qualitativa, optou-se por uma pesquisa documental, visando analisar os documentos que registrem a matriz curricular do curso presencial de Letras-Libras, bacharelado, da UFSC, assim como as práticas pedagógicas propostas nas disciplinas práticas de tradução e/ou de interpretação do curso.

Assim sendo, além de nos respaldar em uma revisão bibliográfica, utilizamos uma abordagem qualitativa com o intuito de descrever, categorizar e interpretar as ementas das disciplinas e seus conteúdos procedimentais apresentados nos planos de ensino. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis empregadas em estudos quantitativos. Com isso, nesta pesquisa seguem-se as perspectivas desta abordagem qualitativa ao descrever como foram propostos os conteúdos procedimentais nas disciplinas.

Como mencionado acima, optou-se por utilizar a pesquisa documental visto que os documentos são uma fonte rica e estável de dados. Nas palavras de Gil (2002, p. 47),

[...] convém lembrar que algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios.

Considerando isso, a partir da análise dos documentos legais que regem o currículo e as práticas pedagógicas, identificam-se, descrevem-se e se interpretam o modo como foram propostos os conteúdos procedimentais. Para tanto, o *corpus* analisado compreende: o Projeto Político Pedagógico – PPP, a matriz curricular do

curso, disponível no Sistema de Controle Acadêmico da Graduação – CAGR⁸, e os planos de ensino de cada disciplina.

No decorrer da coleta e análise dos dados, as seguintes etapas foram seguidas: (1) coleta do PPP e matriz curricular; (2) análise das disciplinas, por meio do PPP e das ementas, e identificação daquelas com conteúdo, basicamente, procedimental; (3) coleta dos planos de ensino do ano de 2019 das disciplinas selecionadas; e (4) sistematização, análise e discussão das ementas; dos objetivos dessas disciplinas; dos conteúdos programáticos e das metodologias propostas para a realização das atividades; (5) sistematização, análise e discussão das atividades propostas nos cronogramas das disciplinas selecionadas.

Na primeira etapa, realizamos a busca dos documentos no site institucional do curso de Letras Libras da UFSC (<https://letraslibras.grad.ufsc.br/>). Após coletado, PPP e matriz curricular, passamos para a segunda etapa.

Vale mencionar que, na segunda etapa, o foco foi a nomenclatura e o conteúdo da disciplina relacionado a prática de tradução e interpretação. Assim, estabeleceu-se como critério de definição das disciplinas que se enquadram como sendo de conteúdos procedimentais o uso do termo *prática* ou de termos que tenham associação com este conceito (como, por exemplo, ação, realização, desempenho, aplicação) tanto em sua nomenclatura quanto em sua ementa foram selecionadas para análise.

Com a relação das disciplinas práticas do curso — aquelas que possuem esse termo em seu nome e ementa —, realizamos o mesmo processo análise do conteúdo de cada uma delas. Sendo, primeiramente, realizada a análise das ementas, verificando-se a presença de conceitos que se assemelhavam ao objetivo dos conteúdos procedimentais. Foram selecionadas as seguintes disciplinas a serem analisadas: laboratório de interpretação I; laboratório de interpretação II; laboratório de interpretação III; prática de tradução I; prática de tradução II.

A terceira etapa consistiu em coletar os planos de ensino das disciplinas selecionadas para a análise. Sendo assim, realizamos a busca desses documentos no site do departamento de Letras-Libras da UFSC

⁸ <https://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=441>

(<https://dlsb.paginas.ufsc.br/planos-de-ensino-libras-na-ufsc/>). Os planos de ensino selecionados também estão dispostos em anexo nesse trabalho.

Em posse dos planos de ensino, partimos para a quarta etapa, sistematizando os dados através de quadros e analisando os elementos presentes nos planos: as ementas; os objetivos; os conteúdos programáticos; e as metodologia das disciplinas.

A quinta etapa, foi realizada através da sistematização e análise dos dados apresentados nos cronogramas das atividades disponíveis nos planos de ensino selecionados. Somente duas disciplinas não possuíam seus cronogramas disponíveis nos planos, sendo assim, buscamos esses registros buscando em outro canal de comunicação oficial da universidade com os graduandos, neste caso, no ambiente virtual de ensino aprendizagem de apoio aos cursos presenciais da UFSC — Moodle (<https://moodle.ufsc.br/>).

Portanto, a seguir, identificamos as disciplinas relacionadas à prática de tradução e interpretação nas quais estão propostos conteúdos procedimentais; descrevemos e se sistematizamos essas disciplinas, discutindo suas ementas e demais características; então, analisamos as atividades práticas propostas nos planos de ensino do ano de 2019, descrevendo uma sequência lógica dessas atividades e seus indícios de aplicação dos conteúdos procedimentais.

5 REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Antes de apresentar os dados propriamente ditos, é importante mencionar que o primeiro Projeto Político Pedagógico do curso na modalidade presencial, datado de 2008⁹, previa uma matriz curricular visando atender o objetivo inicial da formação dos professores de Libras. Com o desenvolvimento das primeiras turmas, o curso percebeu a necessidade de uma atualização deste documento. Sendo assim, no ano de 2012 houve significativas atualizações no currículo do curso com a intenção de qualificar a formação dos professores de Libras e dos TILSP.

De acordo com esse novo currículo apresentado no PPP do curso de 2012¹⁰, focaremos a análise desse trabalho de conclusão de curso. O PPP em questão foi constituído para o desenvolvimento da graduação em Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) nas modalidades de licenciatura e bacharelado, abarcando o fundamento conceitual do curso, enquanto um curso de Letras, as propostas pedagógicas e sugestões de cursos de qualificação para docentes, gestores e corpo técnico administrativo.

O documento sugere, como fundamento conceitual, o equilíbrio entre a teoria e a prática, através de quatro dimensões do saber: (i) linguagem como sistema; (ii) linguagem como arte; (iii) linguagem como conhecimento; e (iv) a linguagem como comportamento.

O elemento de ligação entre essas dimensões serão os *textos* e seus *contextos*. Note-se, todavia, que o termo *texto* não se restringe absolutamente à linguagem escrita, mas engloba também a linguagem oral ou sinalizada e a linguagem mediatizada (vídeo), bem como a comunicação multimodal, incluindo desde os elementos visuais elementares até as artes mais complexas como o cinema. Nesta perspectiva, um filme ou uma aquarela, podem igualmente ser elevados à categoria de textos e ser estudados como tal, inseridos em determinado(s) contexto(s). (PPP Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) UFSC, 2012, p. 4).

Assim sendo, o PPP de 2012 apresenta que a concepção do curso visa à relação teoria-prática e o princípio da ação-reflexão-ação na constituição de seu

⁹ https://letraslibras.grad.ufsc.br/files/2013/04/projeto_libras_presencial_FINAL-nov2008.pdf

¹⁰ https://letraslibras.paginas.ufsc.br/files/2013/04/PPPLibras_Curriculo_2012_FINAL_06-03-2014.pdf

currículo que se baseia nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A análise apresentada aqui enfoca, basicamente, as concepções traçadas para o curso presencial de Bacharelado em Letras Libras do PPP do ano de 2012. Para cumprir essa tarefa, consideramos pertinente apresentar o primeiro desenho curricular proposto no PPP do curso no ano de 2008 e o desenho curricular atual (2012).

Quadro 04 - Disciplinas dos Cursos de Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) presencial Bacharelado (2008) e Bacharelado (2012)

Bacharelado (2008)	Bacharelado (2012)
Primeiro semestre do curso	
1.Fundamentos da Educação de Surdos 2.Introdução aos Estudos da Tradução 3.Introdução aos Estudos Linguísticos 4.Escrita de Sinais I 5.Estudos da Tradução I	1.Fundamentos da Educação dos Surdos 2.Tecnologia da Informação e EaD 3.Libras Iniciante 4.Conversação Intercultural
Segundo semestre do curso	
6.Fonética e Fonologia 7.Morfologia 8.Escrita de Sinais II 9.Língua Brasileira de Sinais I 10.Estudos da Tradução II	5.Libras Pré-Intermediário 6.Corporalidade e Escrita 7.Fundamentos da Tradução e da Interpretação
Terceiro semestre do curso	
11.Sintaxe 12.Semântica e Pragmática 13.Escrita de Língua Sinais III 14.Língua Brasileira de Sinais II 15.Estudos da Tradução III	8.Libras Intermediário 9.Introdução aos Estudos Linguísticos 10.Estudos da Tradução I 11.Estudos da Interpretação I
Quarto semestre do curso	
16.Aquisição de Linguagem 17.Sociolinguística 18.Língua Brasileira de Sinais III 19.Laboratório de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e L. Portuguesa I 20.Tradução e Interpretação de Língua de Sinais I 21.Optativa	12.Libras Avançado 13.Estudos Linguísticos I 14.Estudos da Tradução II 15.Estudos da Interpretação II
Quinto semestre do curso	

22.Análise do Discurso 23.Leitura e Produção de Textos 24.Língua Brasileira de Sinais IV 25.Laboratório de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e L. Portuguesa II 26.Tradução e Interpretação de Língua de Sinais I 27.Optativa	16.Libras Acadêmica 17.Escritas de Sinais I 18.Estudos Linguísticos II 19 Metodologia Científica 20.Português I
Sexto semestre do curso	
28.Psicolinguística 29.Literatura Surda 30.Aquisição de Língua de Sinais 31.Língua Brasileira de Sinais V 32.Laboratório de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e L. Portuguesa III 33.Optativa	21.Laboratório em Interpretação I 22.Estudos Surdos I 23.Escrita de Sinais II 24.Estudos Linguísticos III 25.Português II
Sétimo semestre do curso	
34.Aquisição de Segunda Língua 35.Língua Brasileira de Sinais VI 36.Laboratório de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e L. Portuguesa II 37.Estágio em Interpretação entre Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa 38.Optativa	26.Laboratório em Interpretação II 27.Literatura Surda I 28.Prática de Tradução I 29.Estudos Linguísticos IV 30.Português III
Oitavo semestre do curso	
39.Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 40.Estágio em Tradução entre L. Brasileira de Sinais e L. Portuguesa	31.Laboratório em Interpretação III 32.Literatura Surda II 33.Prática de Tradução II
Nono semestre do curso	
	34.TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) 35.Estágio em Interpretação 36.Estágio em Tradução

Fonte: a autora, a partir dos dados coletados em 2020 nas matrizes curriculares disponíveis em https://letraslibras.grad.ufsc.br/files/2013/04/PPPLibras_Curriculo_2012_FINAL_06-03-2014.pdf e <https://dlsb.paginas.ufsc.br/curriculo-letras-libras-2009/>

Em uma primeira análise, identificam-se as principais mudanças na nomenclatura, na organização das disciplinas entre os semestres e no aumento de mais um semestre para a conclusão do curso. Por exemplo, a disciplina denominada *Introdução aos Estudos da Tradução*, presente no primeiro semestre do primeiro currículo de 2008 (ofertado a partir de 2009.2), recebe uma atualização e mudança em relação ao semestre de oferecimento.

Então, na versão ofertada a partir de 2012.1, a disciplina passa a ser chamada de *Fundamentos da Tradução e da Interpretação* passando a contemplar, também, em sua nomenclatura o importante campo dos Estudos da Interpretação e passa a ser ofertada na segunda fase do curso. Alterações como essa são visíveis em todo o currículo atual. Entretanto, a carga horária total do curso permaneceu a mesma, totalizando 3.708 horas-aula em ambas as matrizes curriculares consultadas.

No PPP de 2012 analisado, observamos uma divisão das disciplinas em cinco grandes eixos, sendo eles apresentados abaixo (Quadro 5).

Quadro 5 – Estrutura e dinâmica organizacional do curso

BACHARELADO LETRAS LIBRAS					
Carga horária TOTAL: 3.708 horas-aula					
Conhecimentos básicos	Conhecimentos específicos	Formação profissional		Atividades acadêmico científico-culturais (ACC)	Disciplinas optativas
576 h/a	1.800 h/a	792 h/a		252 h/a	288 h/a
		324h/a (PCC)	216 h/a (estágios)		

Fonte: a autora, a partir das informações contidas no PPP Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) UFSC (2012)

Observa-se acima (Quadro 5), uma concentração maior de carga horária nas disciplinas destinadas ao ensino aprendizagem de conhecimentos específicos. Entretanto, para a análise dos conteúdos procedimentais, trabalhados ao longo do curso, focou-se no eixo destinado à formação profissional; o qual, segundo o PPP, constitui

[...] o núcleo de disciplinas responsáveis pela construção do perfil para o tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa e que possibilitam o desenvolvimento de competências e habilidades que garantam o desempenho profissional. Neste núcleo, promovem-se discussões teóricas envolvidas nos processos de tradução e interpretação de línguas, especificamente, das línguas envolvidas no curso. Também são discutidos aspectos da ética profissional do tradutor e intérprete, bem como o seu papel nas relações entre as comunidades lingüísticas envolvidas. Analisam-se os processos cognitivos, sociais, culturais e lingüísticos envolvidos na tradução e/ou interpretação de línguas, considerando especialmente os efeitos de modalidade de línguas (a língua de sinais em uma modalidade visual-espacial e a língua portuguesa em uma modalidade oral auditiva), bem como suas representações escritas

(ideográfica e alfabética). (PPP Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) UFSC, 2012, p. 25).

Visando entender a construção do perfil profissional do tradutor e do intérprete de Libras-Português e como ele teria acesso aos conteúdos procedimentais, os quais ensinam o “como fazer” da profissão, escolhemos analisar algumas das disciplinas presentes neste eixo. Vale ressaltar, que em Rodrigues (2019b) a categorização dos conteúdos foi realizada nas disciplinas destinadas ao ensino e prática de tradução e interpretação. Seguindo esse critério de seleção, as disciplinas presentes no eixo da formação profissional também se enquadram nos critérios utilizados nas etapas de seleção dessa pesquisa. Sendo assim, consideramos que as disciplinas que possuem maior ênfase da prática estão neste eixo e, segundo citação à cima, possibilitam o desenvolvimento de competências e habilidades que garantem o desempenho profissional. Em seguida, apresentamos abaixo (Quadro 6) as disciplinas presentes no eixo de formação profissional segundo PPP de 2012.

Quadro 6 – Disciplinas Identificadas

Eixo	Nome e carga horária das disciplinas
<p align="center">Formação profissional 792 h/a</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Laboratório em Interpretação I (72 h/a) 2. Laboratório em Interpretação II (72 h/a) 3. Laboratório em Interpretação III (144 h/a) 4. Prática de Tradução I (72 h/a) 5. Prática de Tradução II (144 h/a) 6. Estágio em Tradução (72 h/a) 7. Estágio em Interpretação (144 h/a) 8. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (72 h/a)

Fonte: a autora, a partir das informações contidas no PPP Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras)UFSC (2012).

Considerando esse conjunto de disciplinas, propomos a análise das disciplinas apresentadas acima do número 1 ao 5 (Quadro 6). Portanto, as disciplinas de Estágio (números 6 e 7) e TCC (número 8) não serão abordadas neste trabalho, devido às suas especificidades e ao fato de serem disciplinas trabalhadas fora da sala de aula

diretamente no campo de atuação profissional. Portanto, apresentamos, em seguida, a relação das disciplinas analisadas e os critérios de seleção.

5.1 As disciplinas de conteúdo procedimental

Como critério de seleção, analisamos o PPP e a matriz curricular, mais especificamente as ementas, considerando as disciplinas do eixo de formação profissional, cujas ementas apresentaram um ou mais dos seguintes termos *prática, ação, realização, desempenho e aplicação*. Entende-se que essas disciplinas fariam parte deste conjunto de disciplinas que visam o ensino-aprendizagem do “saber como fazer”. Abaixo (Quadro 7), apresentamos as disciplinas selecionadas em relação a carga horária, o semestre em que são ofertadas no ano de 2019.

Quadro 7 – Disciplinas procedimentais do curso: descrição e carga horária.

Nome da disciplina	Carga horária TOTAL	Carga horária PCC*	Semestre de oferta	Ofertada em
Laboratório de Interpretação I	72h	36h	6°	2019/2
Laboratório de Interpretação II	72h	36h	7°	2019/1
Laboratório de Interpretação III	144h	-	8°	2019/2
Prática de Tradução I	72h	-	7°	2019/1
Prática de Tradução II	144h	-	8°	2019/2

Fonte: a autora, a partir da matriz curricular disponível em:

<https://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=441>

*Prática como componente curricular

Observando-se as disciplinas listadas acima (Quadro 7), é possível verificar que a oferta de tais disciplinas está nas fases finais do curso, a partir do sexto semestre. Isso se deve ao fato de os alunos ingressarem sem ter como pré-requisito o domínio da língua de sinais, no caso da Libras. Ao decorrer das primeiras fases, encontram-se indícios, nas ementas de disciplinas como por exemplo: conversação intercultural; libras avançado; estudos da interpretação III; português II e III, a presença de atividades práticas, entretanto de acordo com nossos critérios de seleção não consideramos que estas disciplinas possuem o enfoque nos conteúdos

procedimentais. Sendo assim, consideramos que as disciplinas relacionadas as práticas de tradução e/ou interpretação, propriamente ditas, são enfocadas quando os estudantes já possuem alguma fluência na Libras. Observamos também que os conteúdos procedimentais estão reservados, com maior ênfase, e de forma explícita nas disciplinas de Laboratório de Interpretação e de Prática de Tradução.

Considerando as noções de competência tradutória, anteriormente apresentadas, pode-se considerar que o fato de a prática estar mais ao final do curso e a não exigência de fluência na Libras para ingresso na graduação promove ganhos e prejuízos para o desenvolvimento do perfil do profissional. De certo modo, há prejuízo aos alunos que passam as primeiras fases focados no aprendizado de teoria da tradução e da interpretação com pouco ou nenhum contato com a prática tradutória/interpretativa em si, já que essa aparece com maior ênfase no final do curso. Entretanto, como ganho pode-se considerar que os graduandos, ao longo dos estudos da teoria, podem adquirir certa maturidade que pode contribuir quando ingressarem nas disciplinas de prática.

Em relação à distribuição de cargas horárias das disciplinas, observamos que as disciplinas de Laboratório de Interpretação I e II possuem a mesma carga horária de 72 horas, mais 36 horas de Prática como Componente Curricular (PCC)¹¹. Não entraremos em detalhes sobre a PCC nesse trabalho. Entretanto, traçaremos algumas observações em nossa análise sobre a carga horária destinada a ela. Visto que, ao observamos a disciplina de Laboratório de Interpretação III com 144 horas totais, percebemos uma diferença considerável de carga horária em relação às demais disciplinas.

Sendo assim, observa-se uma diferença significativa entre a concentração de horas da última em relação as duas primeiras. Inferimos que a presença da PCC nas duas primeiras é uma estratégia do currículo para conseguir suprir essa disparidade entre as cargas horárias sem que altere o valor da carga horária da disciplina. Adotando essa estratégia, é possível ofertar, mais horas de prática (i.e., PCC) para

¹¹ Para maiores informações sobre as práticas como componente curricular indica-se: ALBRES, SOUZA JUNIOR. A prática como componente curricular e sua implementação em um curso de formação superior de tradutores e intérpretes de língua de sinais. *Belas Infiéis*, v. 8, n. 1, p. 163-188, 2019. DOI: [10.26512/belasinfiéis.v8.n1.2019.22632](https://doi.org/10.26512/belasinfiéis.v8.n1.2019.22632)

as disciplinas sem que isso choque com, por exemplo, a carga horária máxima permitida em disciplinas em um semestre.

Em relação às disciplinas destinadas à prática tradutória, observa-se também uma variação de carga horária entre a Prática de Tradução I e a II. Na primeira, o currículo propõe 72 horas e na segunda 144 horas, sendo que ambas não possuem carga horária destinada a PCC.

Assim, podemos contabilizar, sem considerarmos as horas da PCC, um total de 288 horas destinadas as disciplinas relacionadas à interpretação e 216 horas destinadas às disciplinas relacionadas à tradução. Uma diferença de 72 horas entre elas, o que supomos ocorrer devido “à ideia ainda recorrente de que a atividade dos profissionais que atuam em meio à comunidade surda está circunscrita à interpretação”, corroborando o dito por Rodrigues (2018, p. 158).

Outra observação é a diferença de nomenclatura das disciplinas voltadas para o conteúdo procedimental relacionado à interpretação (i.e., laboratório) e ao relacionado à tradução (i.e., prática). No PPP do curso do ano de 2012, não está explícita nenhuma razão para tal nomeação e não foi possível estabelecer nenhuma lógica para tal diferença nem imaginar qual seria a concepção adotada no âmbito dos Estudos da Tradução ou da Didática da Tradução para essa nomeação distinta. A única explicação presente na proposta pedagógica do curso em relação a essas disciplinas de conteúdo procedimental está na seção que diz respeito a Avaliação:

Quadro 8 – Disciplinas de laboratório e de prática.

Tópico	Excerto
2.2 Avaliação	p. 23 [...] promovendo a relação teoria-prática de maneira intensa e contínua através de atividades como aulas teóricas, atividades práticas em sala de aula e em laboratórios, trabalhos individuais e colaborativos em pequenos e grandes grupos, seminários, leituras orientadas, atividades de pesquisa, entre outras.

Fonte: PPP Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) UFSC (2012).

Uma análise da descrição acima nos permite inferir que, possivelmente, exista alguma relação do laboratório, enquanto espaço físico, à interpretação, já que a disciplina acontece nesse tipo de ambiente enquanto à prática ocorreria em **sala de aula**. Assim, os **laboratórios** contariam com a presença de equipamentos

tecnológicos que auxiliam à prática de interpretação de Libras-Português. Todavia, vemos aqui certa incongruência. Assim cabe perguntar: para a prática de tradução de/para Libras, não são necessários os equipamentos tecnológicos disponíveis nos Laboratórios?

De acordo com o texto apresentado no PPP (2012), supõe-se que as disciplinas de Prática de Tradução sejam ofertadas em salas de aula comuns — espaços físicos com a presença de cadeiras, mesas e quadro — enquanto as disciplinas de Laboratório de Interpretação em laboratórios específicos — espaços físicos equipados com computadores e demais suportes tecnológicos necessários à prática interpretativa. Mesmo assim, é possível insistir nesse ponto: Porque a distinção entre disciplinas de interpretação como de “Laboratório” e as disciplinas de tradução como “Prática”? Como essas duas categorias não promovem, a priori, nenhuma abordagem distinta, não poderiam ser todas as disciplinas denominadas de práticas ou de laboratório?

Após essa caracterização geral das disciplinas de conteúdo procedimental, analisaremos agora os planos de ensino individualmente, com o intuito de identificar como os professores que ministraram as disciplinas no ano de 2019 interpretaram e conduziram suas propostas pedagógicas em cada disciplina.

5.2 As ementas das disciplinas de conteúdo procedimental

As ementas são uma espécie de sinopse das disciplinas, uma proposta do que será evidenciado na mesma e de que forma será trabalhado o conteúdo. É a carta de apresentação da disciplina que se apresenta no PPP, na matriz curricular e no plano de ensino das disciplinas. Normalmente, são caracterizadas por textos objetivos e elucidativos, que indicam os conceitos e os procedimentos essenciais a serem abordados. A seguir, a representação dos dados será feita em quadros e, num primeiro momento, analisaremos as ementas das disciplinas relacionadas à interpretação e, logo, as ementas relacionadas à tradução.

5.2.1 - Disciplinas de interpretação – Laboratórios

As disciplinas de **Laboratório** possuem um padrão visível em suas ementas, pois descrevem “aplicação teórica e prática” (Quadro 9). Entretanto, a escrita parece estranha. A aplicação da teoria e a prática não seriam a mesma coisa? Parece que há certa ênfase pleonástica nessa expressão. Existe alguma prática que não seja a aplicação de uma teoria (ainda que está seja inconsciente)? Ou seria uma aplicação teórica e uma aplicação prática de interpretação? O que isso quer dizer? Enfim, pode-se ser só um problema de escrita, ou mesmo uma concepção específica não identificada por nós ou ainda uma maneira de enfatizar a prática e sua relação com a teoria aplicada.

Quadro 9 – Ementas das disciplinas relacionadas à Interpretação.

Disciplina	Ementa
Laboratório de Interpretação I	Aplicação teórica e prática de interpretação Português – Libras – Português em contextos educacionais. Prática como componente curricular.
Laboratório de Interpretação II	Aplicação teórica e prática de interpretação Português-Libras-Português em contextos de saúde. Prática como componente curricular.
Laboratório de Interpretação III	Aplicação teórica e prática de interpretação Português-Libras-Português em contextos jurídicos. Interfaces entre a prática e o desenvolvimento de pesquisas no campo da interpretação.

Fonte: a autora, a partir da matriz curricular disponível em: <https://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=441>

Outro ponto que se observa está na nomeação da combinação linguística trabalhada nessas disciplinas. O termo “Português-Libras-Português” está se referindo a que interpretação? Haveria alguma interpretação reversa? Se partiria do Português para a Libras e da Libras para o Português no mesmo processo? O que isso significa? A nomeação da combinação linguística a partir do nome do par linguístico, envolve duas línguas, comumente são apresentadas separadas por a utilização de um hífen (-) o que demonstra que o trabalho é realizado independentemente da direção, por exemplo.

Portanto, o mais coerente seria a utilização do termo “Libras-Português” ou “Português-Libras” para tratar dos pares linguísticos que são objeto de trabalho dos

profissionais tradutores e intérpretes de línguas de sinais, nesse caso. Se houver alguma necessidade de explicitação da direção em que se dará o trabalho, o mais indicado não seria usar: interpretação do Português para a Libras e/ou interpretação da Libras para o Português?

5.2.2 - Disciplinas de tradução – Práticas

Com as disciplinas destinadas à prática de tradução, vemos se repetir o mesmo que relatamos acima em relação à nomeação do par-linguístico, visto que ela se refere à “Português-Libras-Português”, como se pode observar abaixo (Quadro 10).

Quadro 10 – Ementas das disciplinas relacionadas à Tradução.

Disciplina	Ementa
Prática de Tradução I	Prática tradutória Português-Libras-Português com foco em gêneros textuais variados. O processo tradutório: produção de inferências, solução de problemas e tomada de decisões. Descrição e avaliação das traduções.
Prática de Tradução II	Prática tradutória envolvendo a escrita de sinais. Estudos de expressões literárias da cultura surda. Interfaces entre a prática e o desenvolvimento de pesquisas em escrita de sinais e do português. Edição de textos e direitos autorais.

Fonte: a autora, a partir da matriz curricular disponível em: <https://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=441>

Outro ponto que chama a atenção é o fato de que em uma das ementas há falta de esclarecimento quanto à nomeação do par linguístico envolvido na disciplina (i.e., a disciplina de Prática da Tradução II). Essa ausência de referência à combinação linguística seria pelo fato de a disciplina trabalhar com alguma forma de transcrição/transliteração ao invés de tradução? Visto que, de acordo com ementa, o enfoque na “prática de tradução envolvendo a escrita de sinais”. Além disso, não há menção na ementa a qual seria o sistema de escrita de sinais a ser abordado na disciplina e a disciplina ainda menciona formação para pesquisa.

Um último ponto observado é sobre os “direitos autorais” apresentados na ementa da Prática de Tradução II. Por que nas demais disciplinas isso não é

mencionado? Seria pelo fato de, nesta disciplina, especificamente, ser abordada a escrita de sinais? Nesse sentido, há um pressuposto de que a prática que não envolve escrita não envolve os direitos autorais ou de imagem?

Portanto, após se analisar as ementas, percebe-se uma escrita e estruturação com lacunas que são insuficientes em relação à compreensão, por parte dos estudantes ou mesmo de docentes que não estejam devidamente familiarizados com a construção de tais propostas, o que elas de fato estão querendo dizer.

Outro ponto que questionamos, após analisar as ementas, é novamente em relação à distribuição das cargas horárias apresentadas anteriormente (Quadro 7), visto que as ementas nos indicam outros elementos a serem ponderados. Por exemplo, nas disciplinas relacionadas à interpretação a delimitação dos contextos em que cada uma delas irá trabalhar nos permite observar que o contexto jurídico (i.e., laboratório III) terá uma carga horária maior (144h) do que as disciplinas com ênfase no contexto educacional (72h) e da saúde (72h).

Já nas disciplinas relacionadas à tradução, também temos questionamentos, visto que a segunda disciplina relacionada à prática tradutória apresenta um enfoque na tradução envolvendo escrita de sinais e é a disciplina com maior carga horária (144h). Cabe destacar que no currículo do curso existem duas disciplinas destinadas, exclusivamente, para a o trabalho com a escrita de sinais, são elas: Escritas de Sinais I e Escrita de Sinais II, não voltadas à prática de tradução. A disciplina, Prática de Tradução I, supomos através de sua ementa, envolve diretamente traduções no par-linguístico Libras-Português, mas sem estar explícito se essas línguas estarão na modalidade escrita ou oral. Compreendemos que as disciplinas citadas, que envolvem escrita de sinais, não fazem parte do eixo da formação profissional, entretanto, nos questionamos se a disciplina de Prática de Tradução I não prece a tradução envolvendo a escrita de sinais.

5.3 Os objetivos propostos

Os objetivos propostos nos planos de ensino de uma disciplina, geralmente são iniciados com verbos no infinitivo e apresentam os objetivos desejados para o

desenvolvimento dela apresentando o que o aluno deverá ser capaz de fazer após a conclusão da disciplina.

5.3.1 - Disciplinas de interpretação – Laboratórios

Quadro 11 – Objetivos das disciplinas relacionadas à Interpretação.

Nome da disciplina	Objetivo da disciplina	Teoria ou prática
Laboratório de Interpretação I	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolver a competência tradutória em situações que envolvam a interpretação simultânea de Libras/Português e vice-versa em diferentes contextos educacionais; - praticar a interpretação simultânea e consecutiva simulando situações de contexto educacional; - analisar os procedimentos e escolhas dos intérpretes em atividade dialógica e suas relações com o professor e com os alunos surdos e ouvintes. 	Prática
Laboratório de Interpretação II	<ul style="list-style-type: none"> - compreender as diferentes teorias e modelos de interpretação em sua aplicação em contextos de saúde; - conhecer as especificidades da interpretação médica para surdos e da interpretação de sinais em diferentes contextos de saúde e atendimentos clínicos; - refletir sobre situações de interpretação Libras-Português em contextos de saúde no que se refere à ética e à humanização dos atendimentos clínicos; - desenvolver a competência tradutória e interpretativa em situações que envolvam a interpretação simultânea, intermitente ou consecutiva Libras-Português em diferentes contextos de atendimentos em saúde; - exercitar a interpretação em diferentes tarefas que simulem a atuação do profissional tradutor e intérprete de Libras-Português em contextos de saúde e de atendimentos clínicos. 	Prática
Laboratório de Interpretação III	<ul style="list-style-type: none"> - conhecer e refletir sobre a prática e o desenvolvimento de pesquisas no campo da interpretação; - desenvolver atividades com foco no contexto jurídico aplicado a intérpretes de Libras/Português/Libras contrastando os percursos de pesquisas nacionais e internacionais; - exercitar e interpretar tarefas que simulem desafios à prática da interpretação de Libras/Português/Libras em contextos jurídicos; - praticar situações de interpretação Libras/Português que exijam decisões críticas e reflexivas dos discentes de acordo com diferentes espaços do contexto jurídico. 	Prática

Fonte: a autora, a partir dos planos de ensino

Os objetivos propostos nos planos de ensino analisados, permitem identificar a presença mais explícita dos tipos de conhecimento aplicados em cada uma delas. As disciplinas de laboratório, por exemplo, possuem um objetivo referente à prática a ser desenvolvida, estando assim, principalmente, relacionado ao desenvolvimento dos conteúdos procedimentais.

No plano de ensino da disciplina de Laboratório de Interpretação I, ofertada no semestre 2019/2 para a 6ª fase do curso, o objetivo menciona o desenvolvimento da CT/I através de vivências que envolvam a interpretação de Libras-Português em contextos educacionais.

De acordo com a descrição, os alunos tiveram que “praticar a interpretação simultânea e consecutiva” em atividades de simulação e “desenvolver a competência tradutória”, remetendo nesses escritos a presença do desenvolvimento de conhecimentos procedimentais para alcançar a CT. Termos como: “analisar os procedimentos e escolhas” supõe também o trabalho com o conhecimento declarativo, ao buscar que os alunos analisem/reflitam sobre os “procedimentos e escolhas”. Quando o objetivo traz as “relações com o professor e com os alunos” é possível inferir a presença dos conhecimentos atitudinais, do que é socialmente aceito nessa tríade professor-intérprete-aluno e as atitudes e relações existente entre eles. O ponto questionável nesse objetivo é a não definição de quais intérpretes em atuação? Seria os próprios alunos, intérpretes-aprendizes? Ou a atuação de um profissional através de simulações ou *in loco* ou outras situações?

A disciplina de Laboratório de Interpretação II, ofertada no semestre de 2019/1 para a turma de 7ª fase, tem como foco a prática de interpretação e apresenta em seus objetivos, evidencia o trabalho em conjunto dos conteúdos procedimentais e declarativos relacionados ao contexto da saúde. Ao apresentar termos como: “compreender teorias e modelos”, “conhecer as especificidades da interpretação”, “refletir sobre situações de interpretação” os objetivos dessa disciplina nos remete a busca pela metarreflexão por parte dos alunos. A presença de termos como: “desenvolver a competência tradutória” e “exercitar a interpretação em diferentes tarefas” propõe o trabalho com os conhecimentos procedimentais, visando o desenvolvimento do *saber como fazer*. Os conhecimentos atitudinais também estão representados, por exemplo, pelas “tarefas que simulem a atuação do profissional tradutor e intérprete”; propondo que os alunos exerçam “condutas e comportamentos

socialmente requeridos e valorizados” (RODRIGUES, 2019, p. 153). Um ponto de questionamento a ser feito é a presença das duas habilitações “tradutor e intérprete”. Compreende-se que o curso forma esses dois profissionais, entretanto as disciplinas de Laboratório de Interpretação não deveriam ser direcionadas para o desenvolvimento de práticas interpretativas e as disciplinas de Prática de Tradução, direcionadas para o desenvolvimento das práticas de tradução?

A disciplina de Laboratório de Interpretação III, ofertada no semestre de 2019/2 para os alunos de 8ª fase, tem como objetivo a prática de interpretação relacionada ao contexto jurídico. Termos como: “desenvolver atividades”, “exercitar e interpretar tarefas”, “praticar situações de interpretação” deixa visível a intenção de se trabalhar os conhecimentos procedimentais. Aqui também encontramos a intenção de trabalho com os conhecimentos declarativos, evocado em termos como: “conhecer e refletir sobre a prática”. Aqui um ponto de dúvida é a presença do “desenvolvimento de pesquisas no campo da interpretação”, visto que não ficou claro o que de fato corresponderia a isso, seria à prática de pesquisas em campo? Entretanto, qual o papel desse conhecimento para o desenvolvimento do conhecimento procedimental relacionado à tradução e à interpretação? Os conhecimentos atitudinais encontram-se mesclados ao objetivo de prática de interpretação “que exijam decisões críticas” por parte dos estudantes sobre as ações realizadas, buscando incitar que os alunos demonstrem como se comportariam em diferentes espaços do contexto jurídico.

Portanto, a análise dos objetivos traçados nos planos de ensino das disciplinas de Laboratório de Interpretação I, II e III indicam que os professores almejam o trabalho com os conteúdos procedimentais em conjunto, principalmente, com os conteúdos declarativos, evidenciando a importância de se aliar teoria em aplicação na disciplina, ainda que ela tenha um caráter mais prático. Pode-se dizer que a disciplina vai além de uma perspectiva de automatização da prática interpretativa, buscando que o aluno desenvolva suas habilidades de fazer escolhas e tomar decisões conscientes com vistas a certa metarreflexão.

5.3.2 - Disciplinas de tradução – Práticas

Quadro 12 – Objetivos das disciplinas relacionadas à Tradução.

Nome da disciplina	Objetivo da disciplina	Teoria ou prática
Prática de Tradução I	<ul style="list-style-type: none"> - conhecer e praticar as etapas de um processo tradutório; - desenvolver e utilizar recursos para a tradução; - praticar a tradução de gêneros textuais variados; - desenvolver, avaliar e descrever os processos tradutórios com vistas a promover uma reflexão crítica sobre o fenômeno da tradução. 	Prática
Prática de Tradução II	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolver a prática tradutória em diversos gêneros textuais com escrita de sinais; - estudar expressões literárias da cultura surda. 	Prática + teoria

Fonte: a autora, a partir dos planos de ensino

As disciplinas de Prática de Tradução, em geral, apresentam também um viés prático. Entretanto, durante a análise, identificamos a presença da intenção de se abordar um conteúdo teórico, que se destaca em uma das disciplinas.

A disciplina de Prática de Tradução I, ofertada no semestre de 2019/1 para os alunos da 7ª fase, demonstra em seus objetivos a intenção de trabalhar os conteúdos procedimentais através de termos como: “praticar as etapas”, “utilizar recursos”, “praticar a tradução”. Os conhecimentos declarativos também são intencionados através de termos como: “conhecer” e “promover uma reflexão crítica”, propondo que os estudantes reflitam sobre a prática. Termos como: “desenvolver, avaliar e descrever os processos tradutórios” nos supõe o trabalho em conjunto com os dois conhecimentos: os procedimentais e os declarativos. Não será o foco dessa análise, mas cabe destacar que essa disciplina intenciona também o trabalho com “gêneros textuais variados”, o que consideramos de suma importância para a formação profissional. Os conhecimentos atitudinais aparecem representados pela intenção de “promover uma reflexão crítica sobre o fenômeno da tradução”, inferimos que foram oportunizadas vivências para que esses alunos pudessem exercer atitudes de criticidade sobre o processo tradutório. Entretanto, não foi possível inferir como foram essas vivências, se foram individualizadas, ao se escrever uma tradução comentada, ou se foram através de diálogos entre os pares.

A disciplina de Prática de Tradução II, ofertada no semestre 2019/2 para a turma da 8ª fase, também objetiva o trabalho com gêneros textuais diversos, mas com foco na “escrita de sinais”. Aqui não está explícito com qual(is) escrita(s) de sinais a disciplina objetiva trabalhar os gêneros textuais, seria *SignWriting (SW)* (STUMPF, 2005), a Escrita das Línguas de Sinais (ELiS) (BARROS, 2015), o Sistema de Escrita da Libras (SEL) (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2012) ou a Escrita Visogramada das Línguas de Sinais, VisoGrafia (BENASSI, 2017), por exemplo? Com esse objetivo, compreendemos que a disciplina objetiva a prática da tradução restrita à modalidade escrita.

O trabalho com os conteúdos procedimentais são objetivados aqui com a presença dos termos “desenvolver a prática tradutória”. Como mencionado anteriormente, essa disciplina, especificamente, enfatiza uma intenção de se “estudar expressões literárias da cultura surda”, que seria um estudo teórico, um conhecimento declarativo das literaturas. Questionamos se esse objetivo não deveria já estar contemplado em outras disciplinas como as disciplinas de Literatura Surda I, e Literatura Surda II presente no currículo de curso e o porquê ele estaria previsto nessa disciplina. Nos objetivos propostos nessa disciplina, não foi possível identificar explicitamente um termo que tivesse relação direta com os conhecimentos atitudinais. Entretanto, compreendemos que ao “desenvolver a prática tradutória”, está imbricado que o tradutor-aprendiz irá, por exemplo, ter contato com as normas de conduta convencionadas da profissão do tradutor para o desenvolvimento da CT.

Portanto, identificamos a intencionalidade desses objetivos em promover a aprendizagem dos conteúdos procedimentais também em conjunto com os conteúdos declarativos. Contudo, observamos em uma das disciplinas o estranhamento de se ter em seu objetivo o estudo teórico, visto que, nessa fase do curso, o estudante já deveria ter consciência dos estudos teóricos para o desenvolvimento da CT, sendo que os mesmos deveriam ser retomados com enfoque em sua aplicação ao processo tradutório.

Segundo Hurtado Albir (2005, p. 37), “para se ensinar a traduzir são necessários objetivos conceituais, procedimentais e de atitude. Faz-se necessário o estabelecimento de quais os objetivos de aprendizagem próprios para a formação de tradutores.” Um último ponto a ser destacado, é o fato de não termos explícito em

nenhuma das disciplinas analisadas, no corpo dos objetivos, o que o aluno será capaz de realizar ao concluir cada disciplina.

5.4 Os conteúdos programáticos

Os conteúdos programáticos, normalmente, aparecem organizados nos planos de ensino após os objetivos e detalham um pouco mais sobre o conjunto de temas, conhecimentos, habilidades e/ ou atitudes a serem desenvolvidos na disciplina mantendo uma sequência lógica.

5.4.1 - Disciplinas de interpretação – Laboratórios

Quadro 13 – Conteúdos programáticos das disciplinas relacionadas à Interpretação.

Nome da disciplina	Conteúdos programáticos da disciplina
Laboratório de Interpretação I	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prática de interpretação ligada à esfera educacional desde a educação infantil até a pós-graduação, bem como os aspectos relacionados à mobilização de textos e discursos em Libras/português/Libras; 2. Esfera discursiva – a escola e suas finalidades; 3. Aula como um dos gêneros pelos quais se materializa o discurso didático; 4. Funções da língua na aprendizagem: dar suporte, informar, controlar, social; 5. Linguagem na sala de aula: a) movimentos iniciadores: de estruturação e de solicitação – em geral efetuados pelos professores, e b) movimentos reflexivos: de resposta e de reação – efetuados pelo aluno; 6. A marcação prosódica do discurso em sala de aula; 7. Relações interinstitucionais (Relação Professor - Intérprete - Aluno Surdo); 8. Aplicação da interpretação simultânea e consecutiva em sala de aula (contexto educacional); 9. Aspectos linguísticos, tradutórios e pedagógicos da interpretação; 10. Teoria e conceituação na elaboração de glossários. Pesquisa e terminologia de tópicos de contextos educacionais relevantes para a prática do intérprete educacional.
Laboratório de Interpretação II	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os Estudos da Interpretação e a Interpretação Comunitária: teoria e prática. 2. Contextos de Saúde, Comunicação, Humanização e Acessibilidade. 3. A área da Interpretação Médica e a ação de Intérpretes de Línguas de Sinais. 4. Prática de interpretação Libras-Português em contextos de saúde (sinalização e vocalização).

<p>Laboratório de Interpretação III</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. treinamento e análise de vídeos com interpretação de língua portuguesa para a língua brasileira de sinais em contextos jurídicos; 2. pesquisas internacionais sobre a interpretação de línguas orais e de sinais em contextos jurídicos; 3. pesquisas nacionais sobre a interpretação de línguas orais e de sinais em contextos jurídicos; 4. as relações de imigração, línguas minoritárias e as demandas de interpretação (de línguas orais e de sinais) em contextos jurídicos.
--	--

Fonte: a autora, a partir dos planos de ensino

A disciplina de Laboratório de Interpretação I descreve dez pontos como conteúdos programáticos no plano de ensino analisado. Em dois pontos, é possível inferir o desenvolvimento dos conteúdos procedimentais: o item 1 e o item 8 propostos no plano. No item 1, a “prática de interpretação” é pontuada como conteúdo que abrangeu todos os níveis de ensino básico e o ensino superior do contexto educacional. No item 8, o plano apresenta a “aplicação” da interpretação simultânea e consecutiva em sala de aula. Em relação a esses pontos, nos questionamos em como foi trabalhada essa prática em todos os níveis de ensino e se a aplicação das interpretações foram realizadas por meio de práticas simuladas ou in loco?

Os demais conteúdos programáticos descritos no plano de ensino, demonstram conteúdos a serem trabalhados de forma expositiva, sem apresentarem termos que possam estar relacionados aos conteúdos procedimentais. Sendo assim, inferimos que os itens 9 e o item 10 possuem um caráter de conhecimento declarativo/conceitual. Por exemplo, o item 9 faz referência aos “aspectos linguísticos, tradutórios e pedagógicos da interpretação”, não sendo possível inferir de que modo o conteúdo foi abordado, visto que pode-se seguir um viés mais procedimental ou mesmo conceitual. O item 10, já apresenta de forma mais explícita a presença de um conteúdo conceitual ao mencionar “Teoria, conceituação e pesquisa” como conteúdo programático. Os itens 2, 3, 4 e 5 representa uma sequência de conteúdos que visam desenvolver o saber sobre uma “esfera discursiva na escola”, “aula como um gênero discursivo”, as “funções da língua na aprendizagem”, a “linguagem na sala de aula”, temas que consideramos relevantes para o contexto educacional. Entretanto, não identificamos como foram apresentados esses conteúdos, se foram de forma prática, aplicada ou teórica.

Os itens 6 e 7 trazem a transversalidade dos conhecimentos atitudinais ao trazer termos como “a marcação prosódica” dos discursos usados comumente em sala de aula e sobre “relações interinstitucionais” relacionando esse conteúdo a um dos objetivos dessa disciplina já discutido anteriormente, os comportamentos socialmente valorizados da tríade professor-intérprete-aluno.

A disciplina de Laboratório de Interpretação II pontua quatro principais conteúdos propostos, sendo que, nos itens 1 e 4, o plano de ensino deixa explícita a prática dos conteúdos procedimentais. No item 1, essa prática vem acompanhada também de conteúdos declarativos, ao afirmar “teoria e prática” em sua descrição. Entretanto, nesse item nos questionamos da presença dessa “teoria dos Estudos da Interpretação e a Interpretação Comunitária” visto que, o currículo do curso já prevê duas disciplinas voltadas para os “Estudos da Interpretação”. Não seria nessa disciplina que os alunos teriam esse contato mais teórico sobre o conteúdo? No item 4, identificamos a “prática de interpretação” e uma especificação interessante em relação a prática de sinalização (Libras) e vocalização (Português). Até o presente momento dessa análise, é a primeira explicitação da direção com o uso de “vocalização”.

O item 2 traz os conceitos de “Contextos de Saúde, Comunicação, Humanização e Acessibilidade”, nos fazendo inferir que se trata da aplicação dos conhecimentos declarativos/ conceituais a serem abordados nesse conteúdo. Contudo, sem deixar explícito como foram essas abordagens, se foram teóricas, aplicadas ou práticas. O item 3 apresenta “A área da Interpretação Médica” como um conteúdo declarativo, e através da expressão “a ação de Intérpretes de Línguas de Sinais”, inferimos a presença dos conhecimentos atitudinais. Aqui, como já observados em outras disciplinas, mais uma vez, questionamos quem seriam esses intérpretes e como os alunos teriam contato com eles? Através de encontros presenciais com intérpretes profissionais já atuantes no contexto da saúde, por exemplo?

A disciplina de Laboratório de Interpretação III, também, pontua quatro principais conteúdos programáticos, sendo dois destinados às pesquisas internacionais e nacionais sobre a interpretação de línguas orais e de sinais em contexto jurídico. Por estar pontuado a presença de “pesquisas internacionais”, consideramos importante refletimos o porquê dessa busca por referências

internacionais, seria o Brasil limitado em publicações referentes à interpretação no contexto jurídico? O item 4 visa abordar as relações de imigração, línguas minoritárias e as demandas de interpretação, mas não foi possível identificar como será abordado esse conteúdo, se por um viés prático, teórico ou aplicado. O item 1 fala do “treinamento”, o que nos remete ao trabalho com o conteúdo procedimental, propriamente dito. Nesse mesmo item é pontuada a “análise de vídeos com interpretação do Português para a Libras em contextos jurídicos”, demonstrando ser trabalhado os conteúdos declarativos de modo aplicado.

Portanto, a análise dos conteúdos propostos nas disciplinas relacionadas à interpretação, deixaram em evidência o interesse da formação em oportunizar vivências relacionadas a três grandes contextos: educacional, da saúde e jurídico, respectivamente. Na disciplina de Laboratório de Interpretação I por exemplo, observa-se, na intenção dos conteúdos, que os alunos também desenvolvam a proficiência na área escolar através da variedade de itens que abordam questões como: a escola e sua função, discurso em sala de aula, relação professor-intérprete-aluno, entre outros, corroborando com Albres (2015, p. 30): “a fluência de intérpretes é apenas um dos aspectos ligados à proficiência linguística. Facilmente se julga que não somente a fluência, mas também a proficiência na área escolar deve ser almejada por aqueles que atuam como intérpretes educacionais em sala de aula”.

A disciplina de Laboratório de Interpretação II, do contexto da saúde, também deixa em evidência o trabalho com os conteúdos procedimentais em conjunto, principalmente, com os conteúdos declarativos, evidenciando a importância da metarreflexão na prática interpretativa. Como, por exemplo, com conteúdos voltados para comunicação, humanização e acessibilidade nesse contexto específico.

A disciplina final de Laboratório de Interpretação III é a disciplina de prática que possui carga horária maior do que as demais, com 144 horas destinadas para a prática interpretativa em contexto jurídico. Os conteúdos programáticos, seguem a mesma lógica prevista nas demais disciplinas analisadas, visando além da prática em si, contemplando conteúdos específicos da área como, por exemplo, as relações de imigração e línguas minoritárias.

5.4.2 - Disciplinas de tradução – Práticas

Quadro 14 – Conteúdos programáticos relacionados à Tradução.

Nome da disciplina	Conteúdos programáticos da disciplina
Prática de Tradução I	<ol style="list-style-type: none"> 1. Preparação da tradução: definindo a perspectiva teórica de trabalho; 2. Preparação da tradução: mapeamento unidades de tradução; 3. Preparação da tradução: identificando gêneros textuais; 4. Prática tradutória Português-Libras-Português com foco em gêneros textuais variados, com ênfase na direção Português – Libras; 5. O processo tradutório: produção de inferências, solução de problemas e tomada de decisões. 6. Descrição e avaliação das traduções; 7. Projetos de traduções e traduções comentadas.
Prática de Tradução II	<ol style="list-style-type: none"> 1. Edição de textos; 2. Prática de tradução: E-mail; 3. Prática de tradução: Livre; 4. Prática de tradução: Gibi; 5. Prática de tradução: Receita culinária; 6. Prática de tradução: Gênero acadêmico.

Fonte: a autora, a partir dos planos de ensino

Na disciplina de Prática I, encontramos sete pontos propostos como conteúdos programáticos que seguem uma sequência lógica. Os três primeiros itens, foram reservados para a “preparação da tradução”, que supõe o trabalho com os conhecimentos procedimentais que possivelmente os alunos vivenciaram antes de iniciarem a prática tradutória em si, mas que também faz parte do *saber como fazer*. A prática, propriamente dita, vem logo, em seguida, no item 4, “prática tradutória” e aqui vale ressaltar o enfoque dado à prática na direção do Português para Libras. O item 5 vem acompanhado de termos que indicam os conhecimentos declarativos e também atitudinais, termos como “produção de inferências”, “solução de problemas” e “tomada de decisões”, supõe-se a compreensão desses conceitos para que o aluno se posicione frente as escolhas feitas no processo tradutório. O restante dos itens também diz respeito aos conhecimentos procedimentais, termos como “descrição” e a criação de “projetos de traduções” o indicam.

Os três primeiros pontos estão reservados à “preparação da tradução”, o que supõe o trabalho com os conteúdos declarativos. O restante dos itens diz respeito à

“prática tradutória”, à “produção de inferências”, à “descrição” e aos “projetos”, supondo a presença de conteúdos procedimentais. Vale ressaltar o enfoque dado à prática na direção do Português para Libras.

Na disciplina de Prática II, diferentemente das demais disciplinas, os conteúdos programáticos não estão numerados, sendo acrescentado aqui nesse trabalho para auxiliar o processo de análise. A maioria dos conteúdos a serem abordados nessa disciplina estão intimamente relacionados aos conteúdos procedimentais através do termo “práticas de tradução” presente em cinco gêneros textuais distintos. Não está explícito nessa prática o par linguístico da tradução. Entretanto, fazendo referência a um dos objetivos da disciplina, supõe-se a prática envolvendo algum tipo de escrita de sinais. O item 1 apresenta o termo “edição de textos”, sem mais especificações. Inferimos a presença também do conhecimento procedimental e de certa forma de conhecimentos declarativos, visto que de alguma forma esse conteúdo foi apresentado aos alunos para o saber “o que fazer” e “como fazer” a edição de textos. Conteúdo esse que aparece também nas discussões da ementa dessa disciplina, não havendo uma explicitação se essa edição é abordada de forma teórica, aplicada ou prática. Nos questionamos também se essa edição utilizou algum equipamento tecnológico ou programa específico? Evidências como essa não foram identificadas nos planos de ensino.

Portanto, observou-se que as disciplinas de Prática de Tradução I e II possuem como ênfase de seus conteúdos o trabalho com os gêneros textuais na prática tradutória. Na primeira disciplina, percebe-se os conhecimentos procedimentais, declarativos e atitudinais intencionados desde a preparação, atuação e finalização de projetos e de tradução. Na outra disciplina, o único que está explícito em seus conteúdos são os conhecimentos procedimentais da prática tradutória com os gêneros textuais variados.

5.5 As metodologias propostas

A metodologia é um campo presente nos planos de ensino para dizer como serão trabalhados os conteúdos programáticos. É essencial que se apresente uma explicação detalhada de como serão desenvolvidos os conteúdos programáticos,

assim como de informações sobre os instrumentos e procedimentos que serão utilizados.

5.5.1 - Disciplinas de interpretação – Laboratórios

Quadro 15 – Metodologia das disciplinas relacionadas à Interpretação.

Nome da disciplina	Metodologia da disciplina
Laboratório de Interpretação I	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos de caso; - Autoconfrontação simples e cruzada; - Leitura extra-classe de textos sobre o conteúdo da disciplina; - Aulas dialogada orientada pelo professor; - Atividades extraclasse (pesquisa lexical); - Pesquisa de textos paralelos.
Laboratório de Interpretação II	<ul style="list-style-type: none"> - leitura extraclasse de textos sobre o conteúdo da disciplina; - aulas dialogadas com o professor e com convidados; - atividades práticas em sala e extraclasse para reforço do conteúdo; - atividades diversas sobre o conteúdo teórico e prático da disciplina; - dinâmicas de interpretação Libras-Português (sinalização e vocalização).
Laboratório de Interpretação III	<p>As aulas práticas serão ministradas em laboratório de informática com o objetivo de usufruir de recursos tecnológicos (acesso a internet, glossários, computadores e outros) para possibilitar ao aluno a prática sistemática das atividades e exercícios de interpretação.</p> <p>Além disso, haverá momentos de discussão (teórica e prática) coletiva sobre textos que exploram a atuação dos intérpretes em contextos jurídicos, execução de tarefas de interpretação e de tradução, bem como, palestras, pontuando questões centrais do conteúdo a ser trabalhado. Por ser uma disciplina prática será explorada de forma recorrente as experiências vivenciadas pelos intérpretes de língua de sinais associadas às teorias com intuito de aperfeiçoar a prática destes profissionais.</p>

Fonte: a autora, a partir dos planos de ensino

A metodologia proposta no plano de ensino da disciplina de Laboratório de Interpretação I foi apresentada em tópicos e identificamos somente o termo “autoconfrontação” e “atividades extraclasse de pesquisa” que nos remete ao trabalho com os conteúdos procedimentais. Os demais pontos sinalizam somente a presença de conteúdos declarativos, como em aulas dialogadas, leituras e pesquisas.

A disciplina de Laboratório de Interpretação II, também apresenta sua metodologia em formato de tópicos e observamos a presença de “atividades práticas”,

“atividades diversas” e “dinâmicas de interpretação” como foco central do desenvolvimento da disciplina. Cabe destacar também, a presença da explicitação das dinâmicas realizadas tanto na sinalização quanto na vocalização.

A disciplina de Laboratório de Interpretação III, apresentou uma metodologia em formato de texto corrido, descrevendo como e onde ocorreram as “aulas práticas”. Um ponto interessante que chamou a atenção foi o fato de estar descrito “execução de tarefas de interpretação e de tradução”. Visto que, essa disciplina tem como foco a interpretação em contextos jurídicos, inferimos aqui que a descrição em relação à “tradução” possa ser uma escolha do planejamento do professor, por compreender a importância também da tradução de Libras-Português para contextos jurídicos.

As metodologias das três disciplinas destinadas à prática interpretativa, a nível estrutural, apresentam uma variedade no formato em que são apresentadas nos planos, sendo duas delas em formato de tópicos e uma em formato de texto corrido. Além dessa variedade, a explicitação dos métodos utilizados para o desenvolvimento da disciplina também só foi observado na primeira disciplina que foi ofertada para os alunos do sexto semestre do curso. A disciplina de Laboratório de Interpretação II também trouxe um diferencial que explicita a prática interpretativa proposta nas duas direcionalidades das línguas de trabalho. Os recursos tecnológicos que foram previstos para as atividades práticas na disciplina de Laboratório de Interpretação III, também foram expostos além da presença incomum da intenção de se trabalhar práticas tradutórias na disciplina que é destinada a prática interpretativa conforme previsto na ementa. Contudo, vimos que as metodologias das disciplinas seguem um viés plural em suas descrições dos objetivos propostos para o desenvolvimento das práticas interpretativas e para a aplicação dos conhecimentos procedimentais, declarativos e atitudinais.

5.5.2 - Disciplinas de tradução – Práticas

Quadro 16 – Metodologia das disciplinas relacionadas à Tradução.

Nome da disciplina	Metodologia da disciplina
Prática de Tradução I	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura em classe de textos sobre o conteúdo da disciplina; - Discussão, comentários e avaliações sobre os exercícios práticos de tradução; - Atividades em sala e extraclasse sobre a prática de tradução; - Criação e gerenciamento de projetos de traduções; traduções comentadas.
Prática de Tradução II	<ul style="list-style-type: none"> - Aulas teórico-expositivas; - Estudos dirigidos; - Desenvolvimento de atividades e trabalhos em grupo.

Fonte: a autora, a partir dos planos de ensino

Em relação a descrição da metodologia das disciplinas de Prática de Tradução, ambas são apresentadas em formato de tópicos.

A disciplina de Prática I descreve como metodologia “atividades em sala e extraclasse” sobre a prática de tradução além da “criação e gerenciamento” de projetos de traduções. Sendo assim, observamos aqui a presença dos conhecimentos procedimentais propostos. Os conhecimentos declarativos também estão propostos nessa disciplina, ao descrever em sua metodologia a “leitura de textos”, “discussões, comentários e avaliações” sobre os exercícios práticos.

A disciplina de Prática II, descreve em sua metodologia a presença de “aulas teórico-expositivas” e “estudos dirigidos”, o que nos revela a presença de conteúdos declarativos sendo trabalhados. Os conteúdos procedimentais estão também representados pela descrição de “desenvolvimento de atividades e trabalhos”. Contudo, identificamos também essa prática sendo trabalhada em grupo, o que nos instiga a buscar compreender o como essas atividades foram propostas.

Por fim, as metodologias propostas nas disciplinas de Prática de Tradução I e II apresentam pistas do trabalho com os conhecimentos discutidos ao longo dessa pesquisa, mas não apresentam elementos que explicitam essa articulação. Com isso, inferimos que as metodologias apresentadas nos planos de ensino analisados, foram insuficientes no quesito do detalhamento de onde e de como foram desenvolvidas as

propostas. Concluímos que a metodologia proposta em um plano de ensino é de suma importância para direcionar o trabalho docente e para orientar os alunos sobre as especificidades de cada etapa desenvolvida.

5.6 As atividades propostas

Após analisar as ementas, os objetivos, os conteúdos e as metodologias apresentadas nos planos de ensino das disciplinas, focaremos as atividades propostas. Usualmente, essas atividades são descritas nos cronogramas das disciplinas que acompanham os planos de ensino. Entretanto, nem sempre o cronograma é disponibilizado junto ao plano, sendo, algumas vezes, posteriormente, oferecido em algum outro canal de comunicação oficial da universidade com os graduandos, neste caso, no ambiente virtual de ensino aprendizagem de apoio aos cursos presenciais da UFSC — Moodle (<https://moodle.ufsc.br/>).

As disciplinas analisadas, nesse trabalho, em sua maioria possuem os cronogramas junto aos planos de ensino, com exceção da disciplina de Laboratório de Interpretação III e de Prática de Tradução I. Vale ressaltar que foi possível o acesso aos cronogramas dessas disciplinas por meio da plataforma Moodle delas.

A representação dos dados encontrados será por meio de quadros, em que sistematizamos essas propostas, a partir dos dados do cronograma de cada disciplina. Os cronogramas possibilitaram observar como as atividades foram propostas. Vejamos.

5.6.1 - Laboratório de Interpretação I - contexto educacional

Quadro 17 – Conjunto de propostas de atividades - Laboratório de Interpretação I

Grupo	Descrição	Direcionalidade
1º Grupo	Atividades de interpretação simultânea e consecutiva.	Português para Libras e Libras para Português.
2º Grupo	Atividades de interpretação simultânea em dupla, um aluno simula ser o aluno surdo.	Português para Libras.
3º Grupo	Promoção de discussão coletiva sobre as dificuldades encontradas.	Não se aplica.
4º Grupo	Atividades de interpretação simultânea em dupla, papéis do intérprete com a palavra e do intérprete de apoio. Vivências com apoio e sem apoio.	Português para Libras e Libras para Português.
5º Grupo	Preparação e treinamento para interpretação real em Colóquio Internacional Educação de Surdos, Libras e Interpretação - CIESLI II ¹² .	Português para Libras e Libras para Português.
6º Grupo	Interpretação real em Colóquio Internacional Educação de Surdos, Libras e Interpretação - CIESLI II.	Português para Libras e Libras para Português.
7º Grupo	Produção de análise da interpretação.	Não detalhada no plano.
8º Grupo	Prática como componente curricular - PCC*	Não detalhada no plano.

Fonte: a autora, a partir dos planos de ensino

* Prática como componente curricular: Resenha do livro ALBRES, Neiva de A. **A Afetividade e subjetividade na Interpretação educacional**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019.

A disciplina de Laboratório de Interpretação I, manteve uma constante nas propostas das atividades de interpretação no contexto educacional. Através dos dados descritos no cronograma foi possível inferir os oito conjuntos de propostas apresentados no decorrer da disciplina. Inferimos a presença dos conteúdos procedimentais e de conteúdos declarativos que visam uma metarreflexão dos graduandos em relação as atividades realizadas. Os conteúdos atitudinais aparecem transversalmente como, por exemplo, na preparação e participação em interpretação real no CIESLI II. Inferimos que os alunos tiveram vivências durante a preparação e

¹² No cronograma não havia detalhes sobre o tipo de interpretação realizada.

durante a prática real, ao estarem expostos as interações que exigem uma conduta profissional condizente com o contexto de atuação.

A articulação entre ensino e extensão foi evidenciada pela proposição de um evento acadêmico aberto à comunidade como uma atividade de extensão coordenada pela professora da disciplina e neste espaço proporcionou-se certa vivência da prática de interpretação (site do evento: <https://ciesliufsc.wixsite.com/2019>).

Atividades como as de interpretação simultânea e consecutiva foram constantemente propostas, tanto atividades simuladas quanto atividades em situações reais de interpretação. As duas direcionalidades também foram propostas, ora com atividades que exigissem a atuação do Português para a Libras (sinalização), ora da Libras para o Português (vocalização).

5.6.2 - Laboratório de Interpretação II - contexto de saúde

Quadro 18 – Conjunto de propostas de atividades - Laboratório de Interpretação II.

Grupo	Descrição	Direcionalidade
1º Grupo	Diálogos com os alunos sobre: seus conhecimentos anteriores, o campo da interpretação comunitária, a especificidade da interpretação de/para línguas de sinais e a problematização e compreensão de conceitos.	Não se aplica.
2º Grupo	Leituras extraclasse e produções de síntese/esquema/resumo sobre a leitura.	Não se aplica.
3º Grupo	Dinâmicas: para produção de paráfrase/resumo/esquema de campanhas governamentais na área da saúde.	Não se aplica.
4º Grupo	Reflexões sobre as diversas formas de dizer a mesma coisa de muitas formas e com menos palavras.	Não se aplica.
5º Grupo	Diálogos com profissionais da saúde fluentes em Libras e com intérpretes experientes em contextos de saúde.	Não se aplica.
6º Grupo	Discussões sobre a teoria e a prática: mediando a relação do profissional da saúde com seu cliente.	Não se aplica.

7º Grupo	Prática de interpretação e de tradução de campanhas, atendimentos e materiais da área da saúde.	Não detalhado no plano.
8º Grupo	Prática como componente curricular - PCC*	Português para Libras.

Fonte: a autora, a partir dos planos de ensino

* Prática como componente curricular. Os alunos puderam eleger uma das seguintes atividades como PCC: (i) Apresentação de um vídeo bilíngue (Libras e Português), produzido em dupla, com uma reflexão sobre a competência interpretativa necessária aos contextos de saúde; OU (ii) Apresentação de uma tradução, produzida em dupla, de um vídeo e/ou campanha da área da saúde com uma reflexão sobre a competência interpretativa necessária aos contextos de saúde. (Português para Libras)

A disciplina de Laboratório de Interpretação II, de acordo com o observado em seu cronograma, manteve a maioria de suas atividades pautadas em discussões, diálogos, dinâmicas e reflexões sobre a prática em contextos da área da saúde. Leituras extraclasse de textos da área e a produção de síntese, esquema e resumo como meios de se trabalharem as habilidades necessárias ao processo tradutório/interpretativo. A disciplina também propôs um diálogo dos graduandos com profissionais da saúde fluentes em Libras e com intérpretes experientes em contextos de saúde.

5.6.3 - Laboratório de Interpretação III - contexto jurídico

Quadro 19 – Conjunto de propostas de atividades - Laboratório de Interpretação III

Grupo	Descrição	Direcionalidade
1º Grupo	Leituras extraclasse e produções de textos sobre a leitura.	Não se aplica.
2º Grupo	Discussões em sala sobre os as leituras obrigatórias.	Não se aplica.
3º Grupo	Atividade de pré-interpretação para interpretação em campo (Leitura, preparação da equipe e material de apoio).	Português para Libras.
4º Grupo	Atividade de prática de interpretação em campo - Semana Jurídica do Direito - UFSC. (em equipe/duplas)	Português para Libras.
5º Grupo	Atividade de pós-interpretação através de preenchimento de formulário e produção de vídeo em Libras sobre a vivido em campo.	Português para Libras.
6º Grupo	Análise e tradução de texto do gênero B. O (Boletim de	Português para Libras.

	Ocorrência).	
7º Grupo	Discussões sobre a tradução do texto e regravação da tradução do texto do gênero B.O.	Português para Libras.
8º Grupo	Produção de mapa semântico e ficha terminológica de termos do contexto jurídico	Não se aplica.
9º Grupo	Interpretação simultânea e consecutiva de simulações de contextos jurídicos.	Não detalhado.

Fonte: a autora, a partir dos registros encontrados no ambiente virtual (Moodle)

A disciplina de Laboratório de Interpretação III, de acordo com as atividades propostas no ambiente virtual (Moodle), apresentou atividades, desde leituras extraclasse, interpretação simultânea e consecutiva simuladas e interpretação em campo, na direcionalidade Português para a Libras. Não foi possível identificar registros de atividades propostas na direcionalidade Libras para o Português.

Observamos nessa disciplina também, a intenção de articulação entre o ensino e extensão com atividades em campo, com três momentos distintos: pré-interpretação, interpretação em campo e pós-interpretação. O estudo e análise de termos e gêneros textuais relacionados ao contexto jurídico também foram propostos. Além de atividades de interpretação, a disciplina também propôs a análise e o estudo de um texto do gênero textual específico: o B.O (boletim de ocorrência).

5.6.4 - Prática de Tradução I

Quadro 20 – Conjunto de propostas de atividades - Prática de tradução I

Grupo	Descrição	Direcionalidade
1º Grupo	Leituras extraclasse e produções de textos sobre as leituras referentes a tradução e o profissional tradutor.	Não se aplica
2º Grupo	Roda de conversa sobre equipe de tradução em Organismos internacionais e nacionais (com professor convidado)	Não se aplica.
3º Grupo	Atividade de criação de fluxograma de equipe de tradução considerando diferentes contextos e identificando a função de cada membro da equipe;	Não se aplica.

	discussões coletivas sobre equipe de tradução.	
4° Grupo	Diálogos e atividades sobre a experiência pessoal dos alunos com a tradução de Libras-Português	Português para Libras e Libras para Português.
5° Grupo	Criação de um projeto e tradução de Literatura infantil.	Libras para Português
6° Grupo	Criação e noções introdutórias sobre portfólio profissional.	Não se aplica.
7° Grupo	Roda de conversa com um tradutor de Libras-Português profissional sobre as traduções e o mercado de trabalho.	Não se aplica.
8° Grupo	Criação de perguntas e entrevista com um tradutor profissional de Libras-Português.	Não se aplica.
9° Grupo	Criação de um ensaio acadêmico, em dupla, a partir de uma tradução.	Português para Libras.
9° Grupo	Atividades de tradução de um texto do gênero textual: bula de remédio e receita-culinária	Português para Libras.

Fonte: a autora, a partir dos registros da disciplina no Moodle.

A disciplina de Prática de Tradução I, de acordo com as atividades propostas em ambiente virtual (Moodle), apresenta atividades de leituras extraclasse de textos sobre a tradução e sobre o profissional tradutor. Nesta disciplina, também foram propostas atividades que envolveram diálogos e reflexões sobre o que vem a ser uma equipe de tradução. Encontros com profissionais da tradução de Libras-Português foram propostos através de diálogos, entrevistas e discussões sobre a realidade vivenciada por esses profissionais no mercado de trabalho; bem como a criação e noções introdutórias sobre portfólio profissional. Foi proposta a atividade de criação de um projeto de tradução e a tradução propriamente dita, de um vídeo em Libras de uma literatura infantil para o Português.

Foi proposta também a atividade de criação de um projeto de tradução, para a tradução na direcionalidade de Libras para o Português na modalidade escrita, de uma literatura infantil. O vídeo em Libras que foi proposto está disponível no canal do Youtube intitulado *Mãos aventureiras* e se tratou da literatura “O retrato” de autoria de Mary França e Eliardo França¹³. Práticas tradutórias dos gêneros textuais específicos, bula de remédio e receita-culinária, também foram propostas na disciplina. A criação

¹³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UWF4kRU-MGs&feature=emb_logo

de um ensaio acadêmico de uma tradução feita do Português para a Libras, também foi proposta como atividade.

5.6.5 - Prática de Tradução II

Fonte: a autora, a partir dos planos de ensino.

Quadro 21 – Conjunto de proposta das atividades - Prática de Tradução II

Grupo	Descrição	Direcionalidade
1° Grupo	Atividade de prática de tradução com o gênero textual: email.	Não está detalhada no plano.
2° Grupo	Atividade de prática de tradução com o gênero textual: gibi.	Não está detalhada no plano.
3° Grupo	Atividade de prática de tradução com o gênero textual: livre escolha dos alunos (tradução das placas informativas do Projeto Tamar - Florianópolis/SC) ^{14*}	Não está detalhada no plano.
4° Grupo	Atividade de prática de tradução com o gênero textual: acadêmico.	Não está detalhada no plano.
5° Grupo	Atividade de prática de tradução com o gênero textual: receita culinária.	Não está detalhada no plano.

* Informação do tema escolhido encontrada a partir dos registros da disciplina no Moodle.

A disciplina de Prática de Tradução II, de acordo com o observado em seu cronograma e em algumas informações sobre as atividades propostas em ambiente virtual (Moodle), apresenta em sua totalidade a presença da prática constante com a tradução de uma variedade de gêneros textuais. Entre eles estão: e-mail, gibi, acadêmico, receita culinária e um tema livre que foi escolhido pelos alunos em concordância com os docentes da disciplina e tratou da tradução de placas informativas localizadas no Projeto TAMAR. Vale ressaltar que nos planos de ensino da disciplina não consta em nenhum momento a especificação de qual escrita de sinais foi trabalhada na disciplina. Somente através dos registros do Moodle que foi possível inferir que se trata da escrita *SignWriting*. Além de não incluir no cronograma da disciplina uma das atividades presentes no conteúdo programático: a edição de textos. Ficando uma lacuna para esta análise.

¹⁴ Projeto TAMAR Florianópolis/SC: http://www.tamar.org.br/centros_visitantes.php?cod=8

Em geral, as atividades propostas nos planos de ensino das disciplinas relacionadas ao desenvolvimento da competência tradutória oportunizaram, com maior ênfase, as atividades com os conteúdos procedimentais, entretanto, relacionadas aos conteúdos declarativos. Com isso, inferimos que, em sua maioria, as disciplinas seguiram a perspectiva proposta por Alves e Gonçalves (2007), indo além de uma perspectiva de mera automatização da prática, buscando que o aluno desenvolva suas habilidades de fazer escolhas e tomar decisões conscientes com vistas a certa metarreflexão. A disciplina de Prática de Tradução II foi a que se destacou por apresentar propostas que privilegiaram a CT como um conhecimento, sobretudo, procedimental que valorizou atividades com ênfase na automatização.

Vale mencionar que se observou a não explicitação, em algumas disciplinas, da direcionalidade em que os processos seriam trabalhados em cada atividade: se seria da Libras para o Português (direta) ou do português para a Libras (inversa). Compreendemos que a prática em uma única direcionalidade, por exemplo, do Português para a Libras, não oportuniza ao tradutor/intérprete-aprendiz experimentar a tradução/interpretação conforme as especificidades e demandas intrínsecas a cada direcionalidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer deste trabalho, buscou-se apresentar como os conteúdos procedimentais foram propostos nas disciplinas práticas do curso presencial de Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) bacharelado da UFSC que visa à formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português, no ano de 2019. Como ponto de partida, pretendeu-se contextualizar a trajetória e formação dos TILSP no cenário brasileiro e apresentar um quadro atualizado dos cursos de graduação que permanecem ativos atualmente e são ofertados por universidades públicas federais.

Dentro dessa mesma discussão, abordamos os componentes da CT/I e traçamos um paralelo de duas perspectivas teóricas, o modelo de competência tradutória do grupo PACTE (2003) e o modelo de competência do tradutor de Alves e Gonçalves (2007); a fim de relacioná-los aos diferentes tipos de conhecimentos que os compõem — procedimentais, declarativo e atitudinais — e discutir sobre como a competência tradutória em termos de conhecimentos está presente nos currículos dos cursos de formação TILSP.

Como recorte metodológico, elegemos a análise documental e bibliográfica, a fim de, através de uma abordagem qualitativa, analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP), a matriz curricular e os planos de ensino das disciplinas de natureza prática, responsáveis por ofertar conteúdos procedimentais do curso presencial de Língua Brasileira de Sinais (Letras-Libras) bacharelado da UFSC, pioneira na formação superior de TILSP. Através da análise dos dados, vimos as cargas horárias, descrições das ementas, objetivos, conteúdos programáticos e metodologias propostas nos planos de ensino e traçamos algumas reflexões. As vivências em sala de aula, foram expostas através das propostas presentes nos cronogramas das disciplinas previstos no plano de ensino e/ ou no Moodle da disciplina.

Dessa forma, a partir da representação e análise documental dos dados foi possível evidenciar algumas lacunas presentes, principalmente, nos planos de ensino das disciplinas analisadas. Percebemos que os documentos não possuem um padrão único, embora tragam os seus elementos constituintes no que se refere a, por exemplo, os dados dos professores, a carga horária, a ementa, os objetivos, o conteúdo programático, a metodologia, a avaliação e as referências, assim, em sua maioria, o modo como ele se constitui em termos de conteúdo e objetivos se difere.

Mesmo assim, consideramos que, em menor ou maior grau, as disciplinas relacionadas à prática e ao desenvolvimento da competência tradutória, se aproximam da perspectiva de Alves e Gonçalves (2007). Os documentos analisados demonstraram indícios de vivências com os conhecimentos procedimentais, o *saber como fazer* fazendo, não como um processo meramente automatizado, mas como parte de um processo consciente e reflexivo. As disciplinas contemplaram também os conhecimentos declarativos/conceituais, o *saber o que fazer*, evidenciando a importância de se aliar teoria em aplicação na disciplina, ainda que ela tenha um caráter mais prático. A disciplina de Prática de Tradução II, foi a que se destacou por apresentar propostas que privilegiaram a CT, como um conhecimento, sobretudo, procedimental que valorizou em seus documentos atividades com ênfase na automatização desse processo.

Inferimos, que a leitura que cada professor faz da ementa do curso para construir os seus objetivos e os conteúdos a serem abordados, interfere na forma de construção dos elementos dos planos de ensino. Com isso, uma das limitações da pesquisa foi o fato de os documentos escolhidos não permitem uma visão mais detalhada do funcionamento das disciplinas, permitindo inferir, dentro das informações, muitas vezes limitadas dos planos de ensino, como os conteúdos procedimentais se apresentaram e foram trabalhados. Evidenciou-se que as próprias ementas possuem problemas e lacunas em relação à forma que estão construídas. Neste sentido, mesmo tendo os planos de ensino e demais documentos, não foi possível extrair dados equivalentes de todos eles.

Talvez, uma das maneiras de melhor compreender o funcionamento das disciplinas e de identificar as concepções dos professores sobre o como esses conteúdos procedimentais devem ser trabalhados — se somente de maneira prática ou de maneira prática reflexiva, sendo teoria e prática parte uma da outra — seria melhor sanado com a aplicação de entrevistas. Contudo, como esse é um trabalho de conclusão de curso, houve a opção pela pesquisa documental e não se realizaram as entrevistas.

Nessa lógica, percebe-se que, o professor tem um papel essencial nessas disciplinas, haja vista que ele poderá definir o como esses conteúdos serão trabalhados; podendo inclusive fazer com que a disciplina tenha um viés estritamente teórico e pouco prático. Isso também traz uma responsabilidade muito grande ao trabalho

docente, visto que os planos oscilam e carregam, muitas vezes, a individualidade do docente que vai trabalhar a disciplina. Nesse sentido, percebemos que, enquanto documento, os planos de ensino precisavam ser mais bem pensados, mais detalhados e padronizados institucionalmente, posto que, os planos de ensino são o contrato da disciplina e o contrato oficial entre o professor e o aluno. Quanto mais evidente e detalhada estiver a proposta da disciplina, mais o aluno terá consciência do que será trabalhado e, inclusive, poderá exigir que se cumpra com a proposta acordada.

Concluimos que, os documentos analisados proporcionam uma ideia geral dos conteúdos procedimentais propostos nas disciplinas relacionadas à prática tradutória/interpretativa e que futuras pesquisas podem ser realizadas utilizando a metodologia etnográfica, por exemplo, e, por sua vez, a observação participante. Através de aplicação de questionários aos participantes da disciplina, no início e ao final, visando identificar como os alunos entraram e como eles finalizam a disciplina, ou se aquelas propostas de trabalho, apresentadas no plano, foram atendidas ou não, pode-se ampliar os dados e aprofundar as análises.

Pesquisas como essa auxiliam na valorização dos saberes construídos entre os docentes e discente em formação, além de contribuírem para a discussão sobre a competência tradutória e o como essa deve ser trabalhada na formação de tradutores e de intérpretes de Libras-Português.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.

_____; SOUZA JUNIOR, José Ednilson Gomes de. **A prática como componente curricular e sua implementação em um curso de formação superior de tradutores e intérpretes de língua de sinais**. *Belas Infiéis*, v. 8, n. 1, p. 163-188, 2019. DOI: 10.26512/belasinfiéis.v8.n1.2019.22632

ALVES, Fábio. **Bases epistemológicas e paradigmáticas para pesquisas empírico-experimentais sobre competência tradutória: uma reflexão crítica**. *DELTA*, São Paulo, v. 31, n. spe, p. 283-315, ago. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502015000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 de nov. 2020.

_____; GONÇALVES, José Luiz Vila Real. 2007. **Modelling translator's competence: relevance and expertise under scrutiny**. In: Yves Gambier, Miriam Shlesinger & Radegundis Stolze. Eds. *Translation Studies: doubts and directions*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

BARROS, Mariângela Estelita. *Elis - Sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais*. São Paulo: Editora Penso, p. 144, 2015.

BRASIL, **Lei 10.098 de 19 de Dezembro de 2000**. Brasília: Presidente da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jan. 2001.

BRASIL. **Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe Sobre A Língua Brasileira de Sinais - Libras e Dá Outras Providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>> Acesso em 15 out. 2020.

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em 15 de out. 2020.

BRASIL. **Lei 12.319 de 01 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm>. Acesso em 15 de out. 2020.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 22 de out. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 9382/2017**. Dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, revogando a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.

Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1634551&filename=PL+9382/2017>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL. **Ofício nº166/2013** - CGRH/DIFES/SESu/MEC. Aprova a sua criação do Bacharelado em Letras: Tradutor e Intérprete de Libras (Libras-Português e Português-Libras). Brasília: 2013. Disponível em:
<[file:///C:/Users/emili/Downloads/0_Documentos_Letras_TILibras%20\(1\)-p%C3%A1ginas-5-6.pdf](file:///C:/Users/emili/Downloads/0_Documentos_Letras_TILibras%20(1)-p%C3%A1ginas-5-6.pdf)> Acesso em 1 dez. 2020.

BRASIL. MEC. **Parecer CNE/CES nº 1.363/2001**, aprovado em 12 de dezembro de 2001. Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos** de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, **Letras**, Museologia e Serviço Social. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf>, acesso em 22 de out. 2020.

BRASIL. **Portaria MEC nº 3.284 de 07/11/2003**. Norma Federal - Publicado no Diário Oficial em 11 nov 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em:
<<https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=184245>> Acesso em 22 de out. 2020.

BRASIL, MEC. **Portaria Normativa nº 371/2020/GR**. Prorroga a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas presenciais até o dia 31 de dezembro. UFSC, 2020. Disponível em:
<<https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2020/08/Portaria-Normativa-371.pdf>>. Acesso em 15 set. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2/2001, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 15 out. 2020.

BRASIL. **Resolução Normativa 140/2020/CUn**, de 21 de julho de 2020. Dispõe sobre o redimensionamento de atividades acadêmicas da UFSC, suspensas excepcionalmente em função do isolamento social vinculado à pandemia de COVID-19, e sobre o Calendário Suplementar Excepcional referente ao primeiro semestre de 2020. UFSC: 2020. Disponível em:
<https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Normativa_n%C2%BA_140.2020.CUn_assinada.pdf> Acesso em 15 set. 2020

BENASSI, Cláudio Alves. **O despertar para o outro: entre as escritas de sinais**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

FERNADES, Eulalia. **Problemas linguísticos e cognitivos dos surdos**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GONÇALVES, José Luiz Vila Real. **O desenvolvimento da competência do tradutor: investigando o processo através de um estudo exploratório experimental**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

_____. **O desenvolvimento da competência do tradutor. Em busca de parâmetros cognitivos.** In: Adriana Pagano, Célia Magalhães & Fabio Alves. Orgs. Competência em tradução: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____; MACHADO, Ingrid Trioni Nunes. **Um panorama do ensino de tradução e a busca da competência do tradutor.** Cadernos de tradução. v.1. n.17. Florianópolis: UFSC, 2006.

HURTADO ALBIR, Amparo. **A aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos.** In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (Org.). Competência em tradução: cognição e discurso. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p.19-57

KARNOPP, Lodenir Becker. **Aquisição do parâmetro configuração de mão na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): estudo sobre quatro crianças surdas, filhas de pais surdos.** Porto Alegre, PUC: Dissertação de Mestrado, 1994

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos.** Cadernos de Educação, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas n.36, 133 - 153, maio/agosto, 2010. Disponível em: <<https://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/06.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

_____. **A Atuação do intérprete de Libras nos espaços educacionais: necessidades formativas.** In: I Congresso Brasileiro de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, 2008, Florianópolis. Formação de Intérpretes de Língua de Sinais. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/anais2008/LACERDA_2008.pdf>. Acessado em 5 dez. 2020.

LESSA-DE-OLIVEIRA, Adriana Stella Cardoso. **Libras escrita: o desafio de representar uma língua tridimensional por um sistema de escrita linear.** ReVel, v. 10, n. 9, p. 150-184, 2012.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; NASCIMENTO, Vinícius. **Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro.** Cadernos de Tradução, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 78-112, out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p78/30709>. Acesso em: 27 out. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

PACTE. **“Building a translation competence model”.** In: Alves, Fabio (ed.). Triangulating translation: perspectives in process-oriented research. Amsterdam: John Benjamins, 2003, 43-66.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Interpretação interlíngüe: as especificidades da interpretação de língua de sinais.** Cadernos de Tradução XXI, Vol. 1, p. 135-156. Florianópolis: UFSC, PGET: 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2008v1n21p135/7587>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras Libras. UFSC. Florianópolis,

2014. Disponível em:
<http://letraslibras.grad.ufsc.br/files/2013/04/PPPLibras_Curriculo_2012_FINAL_06-03-2014.pdf> Acesso em: 12 mai. 2020.

Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras Libras. UFSC. Florianópolis, 2008. Disponível em:
<http://www.letraslibras.grad.ufsc.br/files/2013/04/projeto_libras_presencial_FINAL-nov2008.pdf> Acesso em: 12 mai. 2020.

QUADROS, Ronice Müller de. **As categorias vazias pronominais: uma análise alternativa com base na LIBRAS e reflexos no processo de aquisição.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do RS. Porto Alegre. 1995.

_____. **Phrase Structure of Brazilian Sign Language.** Tese de Doutorado. PUC/RS. Porto Alegre. 1999.

_____. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília, DF: SEESP, 2004. 94p. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

_____. (Org.). **Letras Libras: ontem, hoje e amanhã.** Florianópolis: UFSC, 2014.

REHFELDT, Gladis Knak. **O espaço semiótico-linguística das Línguas de Sinais e o treinamento bilíngue do surdo.** Revista Faculdade Porto Alegrense de Educação, Porto Alegre, n. 3, p. 17-36, ago. 1983.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **Formação de Intérpretes e Tradutores de Língua de Sinais nas Universidades Federais Brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular.** Translatio, v. 15, p. 197-222, 2018b. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/79144>>. Acesso em 30 mar. 2020.

_____. **Competência em Tradução e Línguas de Sinais: A modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal.** Trab. linguist. apl., Campinas, v. 57, n.1, p.287-318, Apr. 2018a. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132018000100287&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/010318138651578353081>.

_____. **Os profissionais da tradução e da interpretação de línguas de sinais no Brasil: percursos formativos e perfil profissional.** In: MIRANDA, D. G.; FREITAS, L. A. G. (Org.). Educação para Surdos: possibilidades e desafios. 1ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019a, v. 1, p. 147-164.

_____. **O corpo de disciplinas de tradução na formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais no Brasil: conteúdos, carga horária e competências.** Belas Infieis, v. 8, n. 1, p.145-162, 2019b. DOI:10.26512/belasinfieis.v8.n1.2019.12775

_____. **Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: desafios para formação de intérpretes de língua de sinais.** In: II Congresso Brasileiro de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, 2010, Florianópolis. Formação de Intérpretes de Língua de Sinais. Florianópolis:

UFSC, 2010. Disponível em:
<<http://www.congressotils.com.br/anais/anais2010/Carlos%20Henrique%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em 5 dez. 2020.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem da escrita de língua de sinais pelo sistema de SignWriting: língua de sinais no papel e no computador**, 2005, 330 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação), Programa de Pós-Graduação em Informática na educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ZABALA, Antoni. **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1999. 194 p.

_____; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Artmed: Porto Alegre, 2010.

ANEXO 1 - Plano de ensino da disciplina de Laboratório de Interpretação I



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

Departamento de Libras
 Coordenação do Curso de Graduação em Letras- Libras



PLANO DE ENSINO – SEMESTRE 2019/02

CÓDIGO DA DISCIPLINA: LSB 7060
NOME DA DISCIPLINA: Laboratório de Interpretação I
CURSO: Letras Libras bacharelado
HORAS/AULA SEMANAL: 4h (sexta-feira)
TOTAL DE HORAS/AULA: 72h
NOME DO PROFESSOR (A): Neiva de Aquino Albres

EMENTA DA DISCIPLINA:

Aplicação teórica e prática de interpretação Português – Libras – Português em contextos educacionais. Prática como componente curricular.

OBJETIVOS :

1. Desenvolver a competência tradutória em situações que envolvam a interpretação simultânea de Libras/Português e vice-versa em diferentes contextos educacionais;
2. Praticar a interpretação simultânea e consecutiva simulando situações de contexto educacional;
3. Analisar os procedimentos e escolhas dos intérpretes em atividade dialógica e suas relações com o professor e com os alunos surdos e ouvintes;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Prática de interpretação ligada à esfera educacional desde a educação infantil até a pós-graduação, bem como os aspectos relacionados à mobilização de textos e discursos em Libras/português/Libras;
2. Esfera discursiva – a escola e suas finalidades;
3. Aula como um dos gêneros pelos quais se materializa o discurso didático;
4. Funções da língua na aprendizagem: dar suporte, informar, controlar, social;
5. Linguagem na sala de aula: a) movimentos iniciadores: de estruturação e de solicitação – em geral efetuados pelos professores, e b) movimentos reflexivos: de resposta e de reação – efetuados pelo aluno;
6. A marcação prosódica do discurso em sala de aula;
7. Relações interinstitucionais (Relação Professor - Intérprete - Aluno Surdo);
8. Aplicação da interpretação simultânea e consecutiva em sala de aula (contexto educacional);
9. Aspectos linguísticos, tradutórios e pedagógicos da interpretação;
10. Teoria e conceituação na elaboração de glossários. Pesquisa e terminologia de tópicos de contextos educacionais relevantes para a prática do intérprete educacional.

METODOLOGIA:

- Estudos de caso
- Autoconfrontação simples e cruzada
- Leitura extra-classe de textos sobre o conteúdo da disciplina.
- Aulas dialogada orientada pelo professor:
- Atividades extra-classe (pesquisa lexical), pesquisa de textos paralelos.

Campus Universitário – Trindade - Florianópolis
Fone: 3721-9293 FAX: 3721-9817



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO



AValiaÇÃO: A avaliação dos alunos será feita com base na participação nas diferentes atividades propostas ao longo da disciplina.
Avaliação diagnóstica, formativa e somativa.
Reflexão do período pré-interpretação, durante a interpretação e pós-interpretação.

Prática como componente curricular (PCC): Resenha do livro
ALBRES, Neiva de A. **Afetividade e subjetividade na Interpretação educacional**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO EXTRACLASSE:

Quartas-feiras 14:00 - 16:00 Sala do professor - prédio D do CCE.
Os alunos devem enviar contato via **moodle** para o professor com antecedência para confirmar horário de atendimento ao estudante.

CRONOGRAMA:

(09/08): Recepção aos alunos. Apresentação da disciplina e do laboratório de tradução.

(16/08): Políticas educacionais e o intérprete em sala de aula

Atividade de interpretação de **Português para Libras** (avaliação diagnóstica). Interpretação simultânea de aula com gravação da performance dos alunos. Uso da metodologia de autoconfrontação simples.

(23/08): Políticas educacionais e o intérprete em sala de aula

Atividade de interpretação de **Libras para Português** (avaliação diagnóstica). Interpretação simultânea de aula com gravação da performance dos alunos. Uso da metodologia de autoconfrontação simples.

(30/08): Diferenças entre interpretação simultânea e interpretação consecutiva em sala de aula.

Atividade de interpretação consecutiva de **Libras para Português**.
Atividade de interpretação simultânea de **Português para Libras**.

(06/09): Seminário do Letras Libras da UFSC.

Todos os alunos devem participar.

(13/09): Aula como um gênero discursivo.

Atividade de interpretação simultânea de **Português para Libras**. Em dupla Interpretação simultânea com fone de ouvido e o interlocutor sem áudio para comparação do texto de partida e da compreensão do sujeito que simula ser o aluno surdo.

(20/09) Papéis dos intérpretes educacionais (interpretar ensinando)

Atividade de interpretação simultânea de **Libras para Português**. A partir de um vídeo de alunos surdos falando em Libras desenvolver a interpretação simultânea para ser material de análise.
Promoção de discussão coletiva sobre as dificuldades encontradas.

(27/09): Interpretação em dupla. Papéis do intérprete com a palavra e do intérprete de apoio.

8:20 as 10:00 Atividade de interpretação simultânea de **Português para Libras** sem apoio
10:20 as 11:40 Atividade de interpretação simultânea de **Português para Libras** com apoio
Conduzida por Giliard Bronner Kelm (aluno da PGET em estágio docência) sob a supervisão da professora Neiva de Aquino Albres



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO



- (04/10): Preparação para a interpretação no colóquio. (Pesquisa e treinamento)
Conduzida por Giliard Bronner Kelm (aluno da PGET em estágio docência) sob a supervisão da professora Neiva de Aquino Albres
- (11/10): **NÃO TEM AULA**. ENTRAD 2019 XIII Encontro Nacional de Tradutores e VII Encontro Internacional de Tradutores em João Pessoa.
Produção do PCC.
- (18/10): 17 e 18/10 - 2o Colóquio Internacional Educação de Surdos, LIBRAS e interpretação.
Todos os alunos devem participar.
- (25/10): Atividade de interpretação simultânea
8:20 as 10:00 Atividade de interpretação simultânea de **Libras para Português** sem apoio
10:20 as 11:40 Atividade de interpretação simultânea de **Libras para Português** com apoio
Conduzida por Giliard Bronner Kelm (aluno da PGET em estágio docência) sob a supervisão da professora Neiva de Aquino Albres
- (01/11): Resultados Produção da análise da interpretação
- (08/11): **NÃO TEM AULA** 8º Seminário de Literatura Infantil e Juvenil e do 4º Seminário Internacional de Literatura Infantil e Juvenil e Práticas de Mediação Literária
Produção do PCC
- (15/11): **NÃO TEM AULA** Feriado Proclamação da República
Entrega do PCC no moodle.
- (22/11): Recuperação e fechamento da disciplina
- (29/11): Avaliação da disciplina no Moodle.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA :

- CINTRÃO, Heloisa Pezza. Capítulo 3. O desenvolvimento da CT e a formação de tradutores. In: Colocar Lupas, Transcriar Mapas: iniciando o desenvolvimento da competência tradutória em níveis básicos de espanhol como língua estrangeira. 2006. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.
- _____. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. Cadernos de Educação (UFPEL), v. 36, p. 133-153, 2010.
- LEITE, Emeli Marques Costa. Os papéis do intérprete de Libras na Sala de aula Inclusiva. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/UFRJ. 2004.
- NAPIER, Jemina. Sign language interpreting: Linguistic coping strategies. Coleford, UK: Douglas McLean. 2002.
- PYM, Anthony. Redefinindo competência tradutória em uma era eletrônica. Em defesa de uma abordagem minimalista. trad. Adauto Villela. **Cadernos de Tradução**, v. 1, 21, p. 23-30, 2008. Disponível em



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO



<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/8197/7579>> (Tradução para o português)

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. Português e libras em diálogo: os procedimentos de tradução e o campo do sentido. In: ALBRES, N. de A.; SANTIAGO, V. de A. A. **Libras em estudo: tradução/interpretação**. São Paulo: Feneis, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKHITIN, Mikhail. Os gêneros discursivos. In: Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth Ensino de língua portuguesa e inquietações teóricometodológicas: os gêneros discursivos na aula de português e a aula (de português) como gênero discursivo. *Alfa*, São Paulo, 56 (1): 249-269, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v56n1/11.pdf2000.p.279-326>.

MATÊNCIO, M. L. M. **Estudo da língua falada e aula de língua materna**: uma abordagem processual da interação professor/alunos. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

ROJO, R. H. R. (2007). Práticas de ensino em língua materna: Interação em sala de aula ou aula como cadeia enunciativa? In: Kleiman, A.; Cavalcante, A. (orgs.). **Linguística Aplicada**: suas faces e interfaces. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 339-360.

TSUI, Amy B.M. (1995) Classroom Interaction. New York: Penguin, 122 pgs. Resenha: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85571996000100012&nrm=iso&tlng=pt

ANEXO 2 - Plano de ensino da disciplina de Laboratório de Interpretação II



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
 Departamento de Libras - DLSB
 Coordenação do Curso de Graduação em Letras-Libras



PLANO DE ENSINO – 2019.1

CÓDIGO DA DISCIPLINA: LSB7070

NOME DA DISCIPLINA: Laboratório em Interpretação II

TURMA: 07441

HORAS/AULA SEMANAL: 4h

TOTAL DE HORAS/AULA: 72h

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 36 horas

PROFESSOR: Dr. Carlos Henrique Rodrigues

ESTAGIÁRIOS DE DOCÊNCIA: Vitória Tassara e Fernando Parente

EMENTA:

Aplicação teórica e prática de interpretação Português-Libras-Português em contextos de saúde. Prática como componente curricular.

OBJETIVOS:

- compreender as diferentes teorias e modelos de interpretação em sua aplicação em contextos de saúde;
- conhecer as especificidades da interpretação médica para surdos e da interpretação de sinais em diferentes contextos de saúde e atendimentos clínicos;
- refletir sobre situações de interpretação Libras-Português em contextos de saúde no que se refere à ética e à humanização dos atendimentos clínicos;
- desenvolver a competência tradutória e interpretativa em situações que envolvam a interpretação simultânea, intermitente ou consecutiva Libras-Português em diferentes contextos de atendimentos em saúde;
- exercitar a interpretação em diferentes tarefas que simulem a atuação do profissional tradutor e intérprete de Libras-Português em contextos de saúde e de atendimentos clínicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1- Os Estudos da Interpretação e a Interpretação Comunitária: teoria e prática.
- 2- Contextos de Saúde, Comunicação, Humanização e Acessibilidade.
- 3- A área da Interpretação Médica e a ação de Intérpretes de Línguas de Sinais.
- 4- Prática de interpretação Libras-Português em contextos de saúde (sinalização e vocalização).

Campus Universitário – Trindade – Florianópolis
Fone: 3721-6586



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO



Departamento de Libras - DLSB

Coordenação do Curso de Graduação em Letras-Libras

METODOLOGIA:

- leitura extraclasse de textos sobre o conteúdo da disciplina;
- aulas dialogadas com o professor e com convidados;
- atividades práticas em sala e extraclasse para reforço do conteúdo;
- atividades diversas sobre o conteúdo teórico e prático da disciplina;
- dinâmicas de interpretação Libras-Português (sinalização e vocalização).

AValiação:

- participação nos encontros presenciais e no ambiente virtual;
- realização das atividades e das dinâmicas;
- avaliação final.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ORIGUELA, D. A. Interpretação comunitária, direitos humanos e assistência social: proposta de política pública no contexto brasileiro. *Tradterm*, [S.l.], v. 23, p. 225-240, oct. 2014.

QUEIROZ, M. Panorama da interpretação em contextos médicos no Brasil: perspectivas. *Tradterm*, [S.l.], v. 23, p. 193-223, oct. 2014.

RODRIGUES, C. H.; SANTOS, S. A. A Interpretação e a Tradução de/para Línguas de Sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. **Tradução Em Revista** (ONLINE), v. 2018, p. 1-29, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALBRES, C. R. *Amamentação em Libras (Língua Brasileira de Sinais)*: glossário bilíngue. Campo Grande: SES/MS; SED/MS, 2008.

ANGELELLI, C. *Revisiting the interpreter's role: a study of conference, court, and medical interpreters in Canada, Mexico, and the United States*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009

BARBOSA, F. V., MARQUES, J. G. T., SAMPAIO, L. A. N. P. C. Reflexões sobre a atuação do intérprete de Língua de Sinais na Mediação da avaliação clínica em serviço de saúde mental, *Belas Infêis*, v. 8, n.1, p. 229-250, 2019.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

CHAVEIRO N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C.; MUNARI, D. B.; MEDEIROS, M.; DUARTE, S. B. R. Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais – na perspectiva do profissional da saúde. *Cogitare Enfermagem*, UFPR, v. 15, n. 4, p. 639-45, out./dez. 2010.

CHAVEIRO, N. et al. Relação do paciente surdo com o médico. *Rev. Bras. Otorrinolaringologia*, v. 75, n. 1, p. 147-50, jan/ fev. 2009.

Campus Universitário – Trindade – Florianópolis
Fone: 3721-6586



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
 Departamento de Libras - DLSB



Coordenação do Curso de Graduação em Letras-Libras

CHAVEIRO, N., BARBOSA, M. A. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v. 39, n. 4, p. 417-422, 2005.

COSTA, L. S. M. da; ALMEIDA, R. C. N. de.; MAYWORN, M. C.; ALVES, P. T. F.; BULHÕES, P. A. M. de; PINHEIRO, V. M. O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. *Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica*, São Paulo, v. 7, p. 166-70, 2009.

FRISHBERG, N. *Interpreting: An Introduction*. Silver Spring: RID Publications, 1990.

HUMPHREY, J. H.; ALCORN, B. J. *So You Want to Be an Interpreter? An Introduction to Sign Language Interpreting*. Seattle: H & H Publishers, 2001.

IGUNA, A.; PEREIRA, C. B. *Vocabulário Ilustrado Saúde em Libras: Apoio para atendimento ao paciente surdo*. São Paulo: Áurea Editora, 2010.

JESUS, R. B. *A Interpretação Médica para Surdos: a atuação de intérpretes de LIBRAS/Português em contextos da saúde*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Graduação. UFSC. Florianópolis.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *A pessoa com deficiência e o sistema único de saúde*. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Comunicação e educação em saúde. Série F. Editora do Ministério da Saúde: Brasília, 2006.

NAPIER, J.; MCKEE, R.; GOSWELL, D. *Sign Language Interpreting: theory & practice in Australia & New Zealand*. Sidney: The Federation Press, 2010.

PIRES, H. F., ALMEIDA, M. A. P. T., A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. *Revista Enfermagem Contemporânea*, v. 5, n. 1, p. 68-77, 2016.

PÖCHHACKER, F.; SHLESINGER, M. *Healthcare interpreting: discourse and interaction*. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2007.

RID, Professional Standards Committee. *Interpreting in Health Care Settings*. Registry of Interpreters for the Deaf. Maryland: 2007.

RID, Professional Standards Committee. *Interpreting in Mental Health Settings*. Registry of Interpreters for the Deaf. Maryland: 2007.

SOLOW, S. N. *Sign Language Interpreting: a basic resource book*. Maryland: National Association of the Deaf/NAD, 1996.

STEINBERG, A. G. et al. *Health Care System Accessibility: experiences and perceptions of Deaf people*. *J Gen Intern Med*, vol. 21, n.3, p.260-266, 2006.

STEWART, D. A.; SCHEIN, J. D., CARTWRIGHT, B. E. *Sign Language Interpreting: Exploring its Art and Science*. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1998.

Campus Universitário – Trindade – Florianópolis
Fone: 3721-6586



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO



Departamento de Libras - DLSB

Coordenação do Curso de Graduação em Letras-Libras

CRONOGRAMA:

Semana	Proposta
1ª semana 12/03	<p>Apresentação do plano de ensino e exposição da proposta de trabalho da disciplina.</p> <p><i>Diálogo com os alunos e levantamento dos conhecimentos do grupo.</i></p> <p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) <i>brainstorm</i>: “interpretação?”; “contextos de saúde?”; “interpretação médica?”; “interpretação na saúde?”; etc.; (2) construção em duplas de um quadro de competências necessárias aos intérpretes que atuam em contextos de saúde.
2ª semana 19/03	<p>Leitura: ORIGUELA, D. A. Interpretação comunitária, direitos humanos e assistência social: proposta de política pública no contexto brasileiro. <i>Tradterm</i>, [S.l.], v. 23, p. 225-240, oct. 2014. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/85578</p> <p><i>Diálogo com os alunos sobre o campo da interpretação comunitária em relação à acessibilidade, à humanização e aos direitos humanos e linguísticos.</i></p> <p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) entrega de uma pequena síntese do texto relacionando os campos dos Direitos Humanos, da Assistência Social e dos Estudos da Intepretação na constituição e compreensão da interpretação comunitária – 19/03 (máximo de duas laudas); (2) dinâmica: paráfrase de uma campanha do governo na área da saúde; (3) reflexão sobre <i>as diversas formas de se dizer a mesma coisa e, por sua vez, as muitas maneiras de se chegar ao mesmo sentido.</i>
3ª semana 26/03	<p>Leitura: QUEIROZ, M. Panorama da interpretação em contextos médicos no Brasil: perspectivas. <i>Tradterm</i>, [S.l.], v. 23, p. 193-223, oct. 2014. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/85577/88365.</p> <p><i>Diálogo com os alunos sobre a especificidade da interpretação de/para línguas de sinais em contextos de saúde e a necessidade de pensa-la no campo dos Estudos da Interpretação.</i></p>
4ª semana 02/04	<p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) entrega da síntese do texto em tópicos – 26/03 (máximo de duas laudas); (2) dinâmica: resumo de uma campanha do governo na área da saúde; (3) reflexão sobre <i>a possibilidade de se dizer a mesma coisa com menos palavras.</i>

Campus Universitário – Trindade – Florianópolis
Fone: 3721-6586



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO



Departamento de Libras - DLSB

Coordenação do Curso de Graduação em Letras-Libras

<p>5ª semana 09/04</p>	<p>Leitura: RODRIGUES, C. H.; SANTOS, S. A. A Interpretação e a Tradução de/para Línguas de Sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. Tradução Em Revista (ONLINE), v. 2018, p. 1-29, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/acessoConteudo.php?nrseqoco=106590></p> <p><i>Compreensão e problematização de conceitos com os alunos: intérprete comunitário, intérprete-médico, intérprete-acompanhante, etc.</i></p>
<p>6ª semana 16/04</p>	<p>Atividades:</p> <p>(1) entrega de um esquema do trabalho lido destacando os conceitos centrais e as conclusões principais – 09/04 (máxima duas laudas);</p> <p>(2) dinâmica: esquema (símbolos, palavras, etc.) de uma campanha do governo na área da saúde;</p> <p>(3) reflexão sobre <i>o uso de recursos e técnicas para auxiliar a memorização, associação, assimilação, etc.</i></p>
<p>7ª semana 23/04</p>	<p>Conversas com profissionais da saúde:</p> <p>1- Diálogos com profissionais da saúde fluentes em Libras</p> <p>2- Diálogos com intérpretes experientes em contextos de saúde</p>
<p>8ª semana 30/04</p>	<p><i>Discussão sobre a teoria na prática: mediando a relação do profissional da saúde com seu cliente.</i></p> <p>Atividades:</p>
<p>9ª semana 07/05</p>	<p>(1) preparar cinco perguntas para interação com o profissionais da saúde e cinco para a interação com o intérprete (as perguntas têm como foco a atuação do intérprete na mediação das interações dos profissionais da saúde com os surdos).</p>
<p>10ª semana 14/05</p>	<p>Dinâmicas situacionais:</p> <p>1- A diversidade das pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva.</p> <p>2- A relação recepção-intérprete-usuário.</p>
<p>11ª semana 21/05</p>	<p>3- A relação médico-intérprete-família/usuário.</p>
<p>12ª semana 28/05</p>	<p><i>Reflexão sobre o processo de interpretação de/para língua de sinais em contextos de saúde.</i></p>
<p>13ª semana 04/06</p>	<p>Atividade:</p> <p>(1) Prática de interpretação e de tradução de campanhas, atendimentos e materiais da área de saúde.</p>

Campus Universitário – Trindade – Florianópolis
Fone: 3721-6586

ANEXO 3 - Plano de ensino da disciplina de Laboratório de Interpretação III



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

Departamento de Língua de Sinais Brasileira
 Coordenação do Curso de Graduação em Letras- Libras



PLANO DE ENSINO – SEMESTRE: 2019/2

CÓDIGO DA DISCIPLINA: LSB 7080

NOME DA DISCIPLINA: Laboratório em Interpretação III

TURMA: 06441

HORAS/AULA SEMANAL: 8h

TOTAL DE HORAS/AULA: 144h

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: não contém

NOME DO PROFESSOR (A): Silvana Aguiar dos Santos; Aline Nunes de Sousa

ESTAGIÁRIO DOCENTE: Guilherme Leopold Silveira

EMENTA DA DISCIPLINA:

Aplicação teórica e prática de interpretação Português-Libras-Português em contextos jurídicos. Interfaces entre a prática e o desenvolvimento de pesquisas no campo da interpretação.

OBJETIVOS:

- Conhecer e refletir sobre a prática e o desenvolvimento de pesquisas no campo da interpretação;
- Desenvolver atividades com foco no contexto jurídico aplicado a intérpretes de Libras/Português/Libras contrastando os percursos de pesquisas nacionais e internacionais;
- Exercitar e interpretar tarefas que simulem desafios à prática da interpretação de Libras/Português/Libras em contextos jurídicos.
- Praticar situações de interpretação Libras/Português que exijam decisões críticas e reflexivas dos discentes de acordo com diferentes espaços do contexto jurídico;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. treinamento e análise de vídeos com interpretação de língua portuguesa para a língua brasileira de sinais em contextos jurídicos;
2. pesquisas internacionais sobre a interpretação de línguas orais e de sinais em contextos jurídicos;
3. pesquisas nacionais sobre a interpretação de línguas orais e de sinais em contextos jurídicos;
4. as relações de imigração, línguas minoritárias e as demandas de interpretação (de línguas orais e de sinais) em contextos jurídicos.

Campus Universitário – Trindade - Florianópolis
Fone: 3721-9293 FAX: 3721-9817



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO



METODOLOGIA:

As aulas práticas serão ministradas em laboratório de informática com o objetivo de usufruir de recursos tecnológicos (acesso a internet, glossários, computadores e outros) para possibilitar ao aluno a prática sistemática das atividades e exercícios de interpretação. Além disso, haverá momentos de discussão (teórica e prática) coletiva sobre textos que exploram a atuação dos intérpretes em contextos jurídicos, execução de tarefas de interpretação e de tradução, bem como, palestras, pontuando questões centrais do conteúdo a ser trabalhado. Por ser uma disciplina prática será explorada de forma recorrente as experiências vivenciadas pelos intérpretes de língua de sinais associadas às teorias com intuito de aperfeiçoar a prática destes profissionais.

AVALIAÇÃO:

- Avaliações práticas de interpretação em sala (2 atividades) – 10,0 (0 – 0,5 cada)
- Avaliação prática de interpretação em campo (1 atividade) – 10,0
- Avaliação prática de tradução (gênero textual) (1 atividade) – 10,0
- Tradução de resumos (abstract) de artigos, teses e dissertações relacionados ao tema da tradução e da interpretação jurídica - 10,0

CRONOGRAMA:

O cronograma detalhado estará disponível no moodle.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO EXTRACLASSE:

Os alunos devem enviar contato via moodle para o professor com antecedência para confirmar horário e sala reservada.

BIBLIOGRAFIA:

- ECO, U. Os limites da interpretação. São Paulo: Perspectiva. 2000.
NOVAES NETO, L. O intérprete de tribunal: um mero interprete? Ceará: Editora CRV. 2011.
QUADROS, R. M. de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

Bibliografia Complementar:

- RUSSELL, Debra L. Interpreting in legal contexts: Consecutive and simultaneous interpretation. University of Calgary, Department of Educational Psychology, 2000.
RUSSELL, Debra. Consecutive and simultaneous interpreting. BENJAMINS TRANSLATION LIBRARY, v. 63, p. 135, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO



COMPLEMENTAR:

BRENNAN, Mary; BROWN, Richard K.; Equality before the law: Deaf people's access to justice. Deaf Studies Research Unit, 2004.

BOUDREAULT, Patrick. Deaf interpreters. Benjamins Translation Library, v. 63, p. 323, 2005.

MATHERS, C.M. The Deaf interpreter in court: An accommodation that is more than reasonable. Document Prepared for the National Consortium of Interpreter Education Centers, 2009. Disponível em: Acesso em: 25 julho 2018.

NAPIER, Jemina; HAUG, Tobias. A European overview of sign language interpreting provision in legal settings. Dublin: Interresource Group Publishing, 2015.

RUSSELL, Debra L. Interpreting in legal contexts: Consecutive and simultaneous interpretation. University of Calgary, Department of Educational Psychology, 2000.

RUSSELL, Debra. Consecutive and simultaneous interpreting. BENJAMINS TRANSLATION LIBRARY, v. 63, p. 135, 2005.

RUSSEL, Debra. Deaf/non-deaf Interpreter Teams: The complexity of professional practice. In Christopher Stone & Lorraine Lesson (Eds.) Interpreting and the Politics of Recognition. Routledge: New York City, 2017.

SANTOS. S. Questões emergentes sobre a interpretação de libras-português na esfera jurídica. Revista Belas Infêis, v. 5, n. 1, p. 117-129, 2016. Disponível em: Acesso em: 30 jan. 2018

ANEXO 4 - Plano de ensino da disciplina de Prática de Tradução I



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
 Departamento de Língua de Sinais Brasileira
 Coordenação do Curso de Graduação em Letras- Libras



PLANO DE ENSINO – SEMESTRE : 2019/1

CÓDIGO DA DISCIPLINA: LSB7073

NOME DA DISCIPLINA: Prática de Tradução I

TURMA: 07441 (Pré-requisito: LSB7042)

HORAS/AULA SEMANAL: 4h

TOTAL DE HORAS/AULA: 72h

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR : não possui

NOME DO PROFESSOR (A): Silvana Aguiar dos Santos

EMENTA DA DISCIPLINA:

Prática tradutória Português-Libras-Português com foco em gêneros textuais variados. O processo tradutório: produção de inferências, solução de problemas e tomada de decisões. Descrição e avaliação das traduções.

OBJETIVOS :

- Conhecer e praticar as etapas de um processo tradutório;
- Desenvolver e utilizar recursos para a tradução;
- Praticar a tradução de gêneros textuais variados;
- Desenvolver, avaliar e descrever os processos tradutórios com vistas a promover uma reflexão crítica sobre o fenômeno da tradução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO :

1. Preparação da tradução: definindo a perspectiva teórica de trabalho;
2. Preparação da tradução: mapeamento unidades de tradução;
3. Preparação da tradução: identificando gêneros textuais;
4. Prática tradutória Português-Libras-Português com foco em gêneros textuais variados, com ênfase na direção Português – Libras;
5. O processo tradutório: produção de inferências, solução de problemas e tomada de decisões.
6. Descrição e avaliação das traduções;
7. Projetos de traduções e traduções comentadas.

METODOLOGIA:

Campus Universitário – Trindade - Florianópolis
Fone: 3721-9293 FAX: 3721-9817



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO



- Leitura em classe de textos sobre o conteúdo da disciplina;
- Discussão, comentários e avaliações sobre os exercícios práticos de tradução;
- Atividades em sala e extra-classe sobre a prática de tradução;
- Criação e gerenciamento de projetos de traduções; traduções comentadas.

AValiação :

- projeto de tradução; (peso 2)
- traduções de gêneros textuais diversos; (peso 3)
- ensaio reflexivo sobre práticas tradutórias; (peso 3)
- entrevista com um/uma tradutor/a de Libras-Português (peso 2)

PS. O plano de ensino desta disciplina segue as normas determinadas pela RESOLUÇÃO Nº 017/CUn/97.

CRONOGRAMA :

A ser disponibilizado na plataforma moodle.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO EXTRACLASSE :

Quarta-feira 14h às 15h.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Fábio; Célia MAGALHÃES; Adriana PAGANO. **Traduzir com autonomia. Estratégias para o tradutor em formação.** Rio de Janeiro: Editora contexto. 2000.

ARROJO, R. **Oficina de tradução: a teoria na prática.** 3º edição. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BAKHTIN, M. (2003). **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes. [Trad. Maria Ermantina Galvão. 3. ed.]

BARBOSA, H. G. **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta.** 2ª ed. Campinas: Pontes, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERGMANN, Juliana Cristina F. LISBOA, Maria Fernanda A. **Teoria e Prática da Tradução.** /Curitiba: Ibpx, 2008.

NORD, Cristiane. **Análise Textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática.** 2018.

SOBRAL, Adail. **Dizer o mesmo aos outros: ensaios sobre tradução.** São Paulo: Special Book Services Livraria, 2008.

Campus Universitário – Trindade - Florianópolis
Fone: 3721-9293 FAX: 3721-9817

ANEXO 5 - Plano de ensino da disciplina de Prática de Tradução II



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
Campus Universitário – Trindade - Florianópolis
Departamento de Libras - DLSB
Coordenação do Curso de Graduação em Letras- Libras



PLANO DE ENSINO

NOME DA DISCIPLINA: Prática de Tradução II

TURMA: Letras/Libras: Bacharelado

HORAS/AULA SEMANAL: 8 horas

TOTAL DE HORAS/AULAS: 144 H/A

NOME DOS PROFESSORES: João Paulo Ampessan e Marcos Luchi

EMENTA:

Prática tradutória envolvendo a escrita de sinais. Estudos de expressões literárias da cultura surda. Interfaces entre a prática e o desenvolvimento de pesquisas em escrita de sinais e do português. Edição de textos e direitos autorais.

OBJETIVOS:

- Desenvolver a prática tradutória em diversos gêneros textuais com escrita de sinais;
- Estudar expressões literárias da cultura surda;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Edição de textos; Prática de tradução: E-mail; Prática de tradução: Livre; Prática de tradução: Gibi; Prática de tradução: Receita culinária; Prática de tradução: Gênero acadêmico.

METODOLOGIA:

Aulas teórico-expositivas; - Estudos dirigidos; - Desenvolvimento de atividades e trabalhos em grupo;

AVALIAÇÃO:

Avaliação 1 – Participação nas discussões dos conteúdos em sala de aulas (40%)

Avaliação 2 – Prática de tradução: E-mail (10%)

Avaliação 3 – Prática de tradução: Gibi (10%)

Avaliação 4 – Prática de tradução: Livre (10%)

Avaliação 5 – Prática de tradução: Gênero acadêmico (10%)

Avaliação 6 – Prática de tradução: Receita culinária (10%)

Avaliação 7 – Relatório de observação da atividade prática: Receita culinária (10%)

CRONOGRAMA:

- 1º Dia –06/08: Atividade *on line* de produção de um e-mail
 2º Dia –08/08: Características e tradução do gênero: e-mail
 3º Dia –13/08: Características e tradução do gênero: e-mail
 4º Dia –15/08: Características e tradução do gênero: e-mail
 5º Dia –20/08: Características e tradução do gênero: e-mail
 6º Dia –22/08: Seminário da tradução do gênero: e-mail
 7º Dia –27/08: Características e tradução do gênero: gibi
 8º Dia –29/08: Características e tradução do gênero: gibi
 9º Dia –03/09: Seminário do Letras Libras – UFSC
 10º Dia –05/09: Seminário do Letras Libras – UFSC
 11º Dia –10/09: Prática externa de tradução (Ciclo de Palestras UEM)
 12º Dia –12/09: Características e tradução do gênero: gibi
 13º Dia –17/09: Características e tradução do gênero: gibi
 14º Dia –19/09: Características e tradução do gênero: gibi
 15º Dia –24/09: Características e tradução do gênero: gibi
 16º Dia –26/09: Seminário da tradução do gênero: gibi
 17º Dia –01/10: Características e tradução do gênero: livre*
 18º Dia –03/10: Características e tradução do gênero: livre
 19º Dia –08/10: Características e tradução do gênero: livre
 20º Dia –10/10: Características e tradução do gênero: livre
 21º Dia –15/10: Características e tradução do gênero: livre
 22º Dia –17/10: Seminário da tradução do gênero: livre
 23º Dia –22/10: Características e tradução do gênero acadêmico
 24º Dia –24/10: Características e tradução do gênero acadêmico
 25º Dia –29/10: Características e tradução do gênero acadêmico
 26º Dia –31/10: Características e tradução do gênero acadêmico
 27º Dia –05/11: Características e tradução do gênero acadêmico
 28º Dia –07/11: Características e tradução do gênero acadêmico
 29º Dia –12/11: Seminário da tradução do gênero acadêmico
 30º Dia –14/11: Características e tradução do gênero: receita culinária
 31º Dia –19/11: Características e tradução do gênero: receita culinária
 32º Dia –21/11: Características e tradução do gênero: receita culinária
 33º Dia –26/11: Características e tradução do gênero: receita culinária
 34º Dia –28/11: Seminário da tradução do gênero: receita culinária

* O livre deverá ser um gênero diferente dos demais.

REFERÊNCIAS:

- DÉBORA CAMPOS WANDERLEY (2015) A Leitura e Escrita de Sinais de Forma Processual e Lúdica. Curitiba. Editora: Prismas.
- CADERNOS DE TRADUÇÃO, XXVI, v. 2. Florianópolis: UFSC/PGET, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/index>

REFERÊNCIA ADICIONAL:

- MADSON E RAQUEL BARRETO (2015) Escrita de sinais sem mistérios. Salvador. Editora: Libras Escrita. Segunda edição.